

Capitão QOBM ADRIANO BARBOSA

A LEI Nº 10.029/2000 E SUA APLICABILIDADE NO CORPO DE BOMBEIROS

Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em Convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientador Metodológico: Profa. Dra. Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo: Ten.-Cel. QOBM Juceli Simiano Junior

CURITIBA

2009

Dedico este trabalho a minha família querida, o alicerce que me garantiu tranquilidade, paz e força para cumprir mais uma etapa de minha carreira, em especial a minha esposa querida, mulher forte e determinada e aos meus filhos André e Rafael, motivos da alegria constante que Deus tem me dado.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, o alfa e o ômega, o princípio e o fim, razão de meu viver, que me sustenta diariamente e sem o qual a vida seria apenas uma vã passagem pela Terra.

À minha mãe, Ana Horbux Chued (*in memorian*), pessoa ímpar que durante sua estada neste mundo me ensinou, me amou, me repreendeu e gravou valores que nunca se apagarão.

Ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Corporação que me acolheu e me deu suporte para tornar-me o profissional que hoje sou.

Ao Sr. Ten.-Cel. Juceli Simiano Junior, orientador de conteúdo, muito mais que um superior hierárquico, um homem de visão que soube me conduzir na produção deste trabalho.

À Professora Doutora Sônia Maria Breda, orientadora metodológica, que durante o curso me tirava da chamada “zona de conforto”, causando-me inquietação, apreensão e muito suor, na produção sistematizada de conhecimento.

RESUMO

Monografia de especialização em planejamento e controle da segurança pública sobre a aplicabilidade no Corpo de Bombeiros, da Lei Federal nº 10.029/2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Tem por objetivo avaliar a possibilidade de sua adequação ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Fundamenta-se em dados estatísticos a respeito da crescente demanda por serviços de socorros públicos e a situação atual do defasado efetivo de bombeiros. Averigua as condições de adaptação do Serviço Auxiliar Voluntário à Corporação, identificando as atividades-meio em que é possível o emprego de voluntários, com vistas ao atendimento da responsabilidade social do Estado do Paraná e à liberação de efetivo administrativo militar para a atividade-fim, em razão da substituição deles por voluntários. Em campo, avalia o funcionamento do Serviço Auxiliar Voluntário nos Estados de Goiás, Pará, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo, com ênfase neste Estado, por ser o serviço de maior destaque no cenário nacional, bem como, no Distrito Federal, buscando seus contornos e as principais demandas judiciais que envolveram os modelos, em torno da extrapolação da competência de tais entes federados, para legislar sobre a matéria. Aplica questionário, tendo como público alvo os Comandantes de Grupamentos de Bombeiros e Subgrupamentos de Bombeiros Independentes, em sua grande maioria, favoráveis à implantação do modelo no Estado do Paraná. Obtém como principais resultados o reconhecimento da relevância do Serviço Auxiliar Voluntário e indica atividades administrativas passíveis de exercício no Corpo de Bombeiros.

Palavras-Chave: Corpo de Bombeiros. Serviço Auxiliar Voluntário. Lei Federal nº 10.029/2000.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	– MAPA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ.....	23
FIGURA 2	– MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES MILITARES DE BOMBEIROS.....	24
FIGURA 3	– MAPA DA ARTICULAÇÃO ENTRE BC E CB.....	26
GRÁFICO 1	– SITUAÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008.....	27
GRÁFICO 2	– RELAÇÃO ENTRE INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008.....	28
GRÁFICO 3	– TOTAL DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 1990 A 2008.....	29
GRÁFICO 4	– CORRELAÇÃO ENTRE O EFETIVO EXISTENTE E O NÚMERO DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 2003 A 2008.....	30
GRÁFICO 5	– EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE – 1940 A 2009.....	31
QUADRO 1	– COMPARATIVO DOS SERVIÇOS AUXILIARES VOLUNTÁRIOS EM SEIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.....	63
GRÁFICO 6	– CONHECIMENTO ACERCA DA EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000, PELOS COMANDANTES DE OBMS.....	65
GRÁFICO 7	– CONHECIMENTO ACERCA DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.029/2000 EM OUTROS ESTADOS.....	66
GRÁFICO 8	– RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000 NO CB.....	67
GRÁFICO 9	– ATIVIDADES PASSÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO POR VOLUNTÁRIOS NO CB.....	68
GRÁFICO 10	– PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À LIBERAÇÃO DE EFETIVO OPERACIONAL.....	69
GRÁFICO 11	– PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO AO PERÍODO DE TRÊS MESES, DESTINADO À FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS.....	70
GRÁFICO 12	– PERÍODO DE FORMAÇÃO IDEAL DO VOLUNTÁRIO, SEGUNDO OS COMANDANTES DE OBMS.....	71
GRÁFICO 13	– OBRIGATORIEDADE DA CONDIÇÃO DE RESERVISTA DE PRIMEIRA CLASSE, PARA INGRESSO COMO VOLUNTÁRIO....	72
GRÁFICO 14	– PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À POSSIBILIDADE DE OFERTAR CURSOS AOS VOLUNTÁRIOS, PARA INSERI-LOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	73
GRÁFICO 15	– CURSOS PASSÍVEIS DE OFERTA AOS VOLUNTÁRIOS, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ.....	22
TABELA 2	– SITUAÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008.....	27
TABELA 3	– RELAÇÃO ENTRE INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008.....	28
TABELA 4	– TOTAL DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 1990 A 2008.....	29
TABELA 5	– CORRELAÇÃO ENTRE O EFETIVO EXISTENTE E O NÚMERO DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 2003 A 2008.....	30
TABELA 6	– EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE – 1940 A 2009.....	31
TABELA 7	– CONHECIMENTO ACERCA DA EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000, PELOS COMANDANTES DE OBMS.....	65
TABELA 8	– CONHECIMENTO ACERCA DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.029/2000 EM OUTROS ESTADOS.....	66
TABELA 9	– RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000 NO CB.....	66
TABELA 10	– ATIVIDADES PASSÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO POR VOLUNTÁRIOS NO CB.....	68
TABELA 11	– PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À LIBERAÇÃO DE EFETIVO OPERACIONAL.....	69
TABELA 12	– PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO AO PERÍODO DE TRÊS MESES, DESTINADO À FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS.....	70
TABELA 13	– PERÍODO DE FORMAÇÃO IDEAL DO VOLUNTÁRIO, SEGUNDO OS COMANDANTES DE OBMS.....	71
TABELA 14	– OBRIGATORIEDADE DA CONDIÇÃO DE RESERVISTA DE PRIMEIRA CLASSE, PARA INGRESSO COMO VOLUNTÁRIO. 72	
TABELA 15	– PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À POSSIBILIDADE DE OFERTAR CURSOS AOS VOLUNTÁRIOS, PARA INSERI-LOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	73
TABELA 16	– CURSOS PASSÍVEIS DE OFERTA AOS VOLUNTÁRIOS, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS..	74

LISTA DE SIGLAS

ABTR	– Auto Bomba Tanque Resgate
ADI	– Ação Direta de Inconstitucionalidade
BC	– Bombeiro Comunitário
BM	– Bombeiro-Militar
BM/1	– 1ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros
BM/3	– 3ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros
BM/8	– 8ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros
CAO	– Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CB	– Corpo de Bombeiros
COPOM	– Centro de Operações Policiais Militares
DEM	– Democratas
DP	– Diretoria de Pessoal
FUNCB	– Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros
FUNREBOM	– Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
GB	– Grupamento de Bombeiros
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	– Legião Brasileira de Assistência
LOB	– Lei de Organização Básica da PMPR
MPT	– Ministério Público do Trabalho
OBM	– Organização Bombeiro-Militar
ONU	– Organização das Nações Unidas
PB	– Paraíba
PGE	– Procuradoria Geral do Estado
PM	– Polícia Militar e/ou Policial-Militar
PM/1	– 1ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar
PMDF	– Polícia Militar do Distrito Federal
PMGO	– Polícia Militar de Goiás
PMPR	– Polícia Militar do Paraná
PMSP	– Polícia Militar de São Paulo
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
SAV	– Serviço Auxiliar Voluntário
SENASP	– Secretaria Nacional de Segurança Pública
SGBI	– Subgrupamento de Bombeiros Independente
SIATE	– Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência
TV	– Televisão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	17
2 METODOLOGIA	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 O CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DO PARANÁ	20
3.1.1 Breve Histórico	20
3.1.2 A Descentralização dos Serviços de Bombeiros	21
3.1.3 O Efetivo do Corpo de Bombeiros e a Demanda dos Serviços de Socorros Públicos	26
3.2 NOÇÕES GERAIS SOBRE O VOLUNTARIADO – A LEI Nº 9.608/1998	32
3.3 EXPERIÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ NA ÁREA DO VOLUNTARIADO	34
3.3.1 O Bombeiro Voluntário de Palmas	35
3.3.2 O Projeto Guarda-Vidas Civil	36
3.4 O POSICIONAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ QUANTO AO VOLUNTARIADO	37
3.5 A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIROS	42
4 PESQUISA DE CAMPO	48
4.1 A LEI FEDERAL Nº 10.029/2000 E SUA APLICAÇÃO NOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL	48
4.1.1 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado de Goiás	50
4.1.2 O Serviço Auxiliar Voluntário no Distrito Federal	52
4.1.3 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado de São Paulo	53
4.1.4 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado do Pará	58
4.1.5 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado de Roraima	60
4.1.6 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado do Rio Grande do Sul	62
4.1.7 Quadro Comapararativo dos Serviços Auxiliares Voluntários	63
4.2 QUESTIONÁRIO	63
5 CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE	84

1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 10.029, de autoria do Deputado Federal Alberto Fraga, de 20 de outubro de 2000, estabeleceu “normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares”.

O público-alvo do serviço auxiliar são homens e mulheres, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, dispensados ou não do serviço militar inicial, recrutados no limite da proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva força militar estadual. No exercício da atividade sofrem restrições no cumprimento da função quanto ao exercício do poder de polícia e ao porte ou uso de armas de fogo.

Os voluntários admitidos no Serviço Auxiliar Voluntário (SAV) fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, não superior a dois salários-mínimos, sem vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária.

O objetivo da lei é suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, com o uso de um efetivo não permanente – os voluntários, obtendo a liberação dos policiais e bombeiros-militares profissionais para a execução de suas atividades-fim, consubstanciadas na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos ampliando, consequentemente, os serviços prestados à população.

O Estado do Paraná ainda não editou lei a respeito da matéria, ao contrário do que acontece em outros Estados da Federação, como São Paulo que, desde 2001, seleciona voluntários para o serviço interno em seus aquartelamentos.

Também Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Ceará, Bahia, Acre, Mato Grosso e Pará fazem parte da lista dos entes estatais que têm utilizado a Lei nº 10.029/2000 como um instrumento de desoneração de seus efetivos e de cidadania, propiciando aos jovens a possibilidade de adquirir uma chance de obter experiência e formar currículo para o ingresso no mercado de trabalho com o primeiro emprego.

Sob o ponto de vista corporativo, o mecanismo da lei auxilia os Estados na rearticulação de seus efetivos, na medida em que desonera profissionais

qualificados, no campo da segurança pública, de serviços burocráticos que não constituem sua atividade finalística.

Sob o enfoque da responsabilidade social, o Serviço Auxiliar Voluntário, representa para o Corpo de Bombeiros e para a Polícia Militar uma oportunidade de cumprir suas obrigações para com a sociedade, além de suas tradicionais atribuições legais.

Para os jovens, amparados pela Lei Federal nº 10.029/2000, é uma ótima oportunidade de adquirir habilidades e valores, que serão passíveis de utilização tanto na iniciativa privada, como no serviço público, após o período máximo de dois anos, na atividade, que é dividido em um ano de serviço inicial, prorrogável por, no máximo, igual período.

O presente trabalho monográfico averiguou como funciona o Serviço Auxiliar Voluntário em outros Estados da Federação, bem como mensurou atividades que podem ser exercidas por voluntários nas Unidades Operacionais, propondo ao final um modelo possível de adoção pelo Corpo de Bombeiros paranaense.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná tem, atualmente, uma defasagem de aproximadamente 20% do seu efetivo previsto, segundo a 1ª Seção do Estado-Maior (BM/1), setor responsável pelos recursos humanos da Corporação, pois, desde 2005, não há inclusão de Soldados. Noutro vértice, também há o aumento significativo dos pedidos de reserva remunerada proporcional¹, aos vinte e cinco anos de serviço, por parte de bombeiros-militares, em razão de um aparente desestímulo profissional e do oferecimento de vantagens previdenciárias para tal.

A saída precoce de bombeiros-militares, aliada às tradicionais hipóteses de exclusão, como reserva remunerada integral, licenciamentos e exclusões a bem da

¹ A Lei Estadual nº 1.943/54, conhecida como Código da PMPR, em seu art. 157, §4º, III, permite que seja transferido para a reserva remunerada, o Militar Estadual que conte com mais de 25 anos de serviço público, com proventos proporcionais.

disciplina, pedidos de reserva não remunerada, falecimentos, entre outros, exige dos Comandantes a proposição de soluções para a resolução do problema.

Na atual conjuntura política a solução pode passar por modelos de substituição de bombeiros-militares, como é o caso do Bombeiro Comunitário (BC). Conveniente também a otimização dos efetivos, com a liberação de Praças combatentes, por intermédio do modelo do Serviço Auxiliar Voluntário, proposto pela Lei Federal nº 10.029/2000, que é uma linha de ação razoável, calcada no princípio constitucional da eficiência, mais apta a se afinar com o modelo jurídico atual de organização adotado pelos Corpos de Bombeiros Militares brasileiros, motivo deste estudo monográfico.

1.2 JUSTIFICATIVA

A constatação diária do problema de efetivo tem levado a inúmeras reflexões. Uma delas diz respeito à doutrina de emprego do Corpo de Bombeiros. KRETSCHMER² (2009), em sua disciplina do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM/BM, Doutrina de Emprego PM/BM, aponta fatores que interferem na doutrina de emprego da Corporação.

Dentre os fatores específicos ou internos, há os que afetam os recursos humanos da Corporação, como a quantidade: referente à defasagem entre o efetivo existente e o necessário, à disponibilidade de recursos no Estado e à vontade política de atender; a qualidade, manifestada em condições de recrutamento, salário e nível intelectual, englobando também os aspectos relativos à formação, adestramento, aprestamento e moral institucional; e um terceiro fator, que é específico da Polícia Militar, baseado na experiência de que a sociedade aspira uma polícia proeminente.

Esse terceiro fator que afeta os recursos humanos da Polícia Militar é empregado de forma diferente no Corpo de Bombeiros, pois se a ostensividade é uma das marcas da PM, para o Corpo de Bombeiros, o pronto atendimento,

² KRETSCHMER, V. **Fatores que Interferem na Doutrina de Emprego da PMPR**. São José dos Pinhais, 04/06/2009. Aula ministrada na Academia Policial-Militar do Guatupê.

baseado num tempo-resposta ideal de até cinco minutos, traduz o que a população deseja quando aciona um serviço emergencial de bombeiro – rapidez.

Para satisfazer as pretensões da comunidade quanto à rapidez na chegada do socorro, descentralizaram-se os aquartelamentos, nos Municípios, com uma realidade de efetivo muito próxima do ideal, o que, na época, diminuiu sensivelmente o tempo-resposta, mas, hoje, diante da defasagem de efetivo, o modelo tornou-se sobremaneira custoso para o CB, chegando-se ao cúmulo de fechar Postos de Bombeiros pelo interior do Estado, como foi o caso do Posto Zona Sul do 5º GB – Maringá, em que as instalações físicas foram devolvidas à Prefeitura Municipal.

A falta do bombeiro-militar preparado influencia significativamente o emprego da Corporação. A principal causa de exclusão (saída) do bombeiro-militar da ativa, hoje, é a reserva remunerada proporcional, com a qual o militar estadual tem um decréscimo de aproximadamente 16% na remuneração, o que, por uma questão de política previdenciária local, não é um desestímulo, mas um incentivo, pois, como o inativo deixa de contribuir compulsoriamente com 14% dos proventos para a previdência, opera-se uma compensação que incentiva o pedido de reserva remunerada precocemente. Assim, o Corpo de Bombeiros se priva de um profissional altamente qualificado, por, pelo menos, mais cinco anos.

Pela ausência de recrutamento e pela evasão precoce do efetivo para a reserva remunerada, o Corpo de Bombeiros tem sofrido um considerável encolhimento, que se não estancado, fatalmente afetará os padrões de atendimento da Corporação, prejudicando a população na qualidade dos serviços prestados.

Apesar da situação desconfortável pela qual vem passando, o Corpo de Bombeiros ainda tem sido capaz de dar resposta à sociedade em seu campo de atuação e, de certa forma, tem ampliado o número de paranaenses atendidos, por meio de parcerias com os Municípios.

É o caso do projeto de governo “Bombeiro Comunitário”, que numa parceria com os Municípios paranaenses, levou os serviços de bombeiros a 49 cidades, cabendo ao ente municipal disponibilizar funcionários civis, que atuam como agentes de defesa civil, desempenhando, na prática, atividades típicas de bombeiro profissional. Cabe ao Corpo de Bombeiros ceder uma Praça, Cabo ou Sargento, para supervisionar o Posto de Bombeiro Comunitário, respondendo pela rotina administrativa e operacional perante o Estado.

Pelo projeto original, cada Bombeiro Comunitário deveria ter um supervisor, o que, hoje, não acontece. Com a falta de efetivo, cada graduado do Corpo de Bombeiros tem respondido por dois ou três Municípios, sem mencionar que, embora existam novas atribuições para a Corporação, não foram previstos, de forma suficiente, no quadro organizacional, os graduados supervisores. Isso levou as Unidades Operacionais, responsáveis diretas pelo projeto, a improvisar, mantendo o mesmo bombeiro supervisor para várias cidades, o que não é razoável, pois dificulta a administração e o controle dos congêneres municipais.

O comprometimento do serviço pela falta de efetivo é notório. Prova disto é que por volta do ano 2000, estabeleceu-se uma nova concepção de viaturas no Corpo de Bombeiros: uma viatura híbrida, que agregou as funções de combate a incêndio e salvamento no mesmo carro. O raciocínio era simples: como existiam dois tipos de viaturas para atender ocorrências distintas (combate a incêndio e salvamento) dentro de um mesmo Grupamento de Bombeiros, e, na maioria das vezes, não havia coincidência de atendimento simultâneo, tudo isto sopesando a falta de efetivo, resolveu-se unir as atribuições distintas numa única viatura. Assim os cinco bombeiros que compunham cada viatura transformaram-se em apenas cinco para um carro só. Eficiência? Não! O princípio do fim, pois como é de conhecimento geral, esta viatura híbrida denominada ABTR (Auto Bomba Tanque Resgate), tem sido utilizada em vários Postos da Capital e do interior do Estado, com apenas três bombeiros.

Numa composição normal de um Posto de Bombeiros, têm-se duas viaturas: um ABTR e uma Auto-Ambulância (AA). Dois bombeiros nesta e três naquele. Completa, no mínimo, o efetivo operacional do Posto um radioperador e um rancheiro, designação dada ao cozinheiro no âmbito da caserna. Por encontrarem-se escassos os recursos humanos, hoje, retiraram-se estes dois últimos, ficando o aquartelamento fechado quando as duas viaturas são solicitadas simultaneamente para atender ocorrências. Isso deixa as instalações físicas vulneráveis, contribuindo para a sobrecarga de quem tem de atender os sinistros, pois é a própria equipe de serviço que confecciona suas refeições, muitas vezes não tendo tempo de prepará-la adequadamente, em decorrência do emprego continuado nas ações de bombeiro.

No interior do Estado tem sido pior. Não se consegue manter a mesma conformação de um Posto da Capital, com cinco bombeiros. A solução adotada é composta por três homens que atuam em duas viaturas (ABTR e AA). Quando é

acionada a AA o efetivo toma posição na viatura adequada para a ocorrência do momento e deixa o Posto fechado, com a outra viatura parada. Já aconteceu, na cidade de Maringá, no Posto Vila Operária, de a guarnição (equipe de serviço escalada na viatura) estar fora do quartel, em atendimento com a ambulância e a poucas quadras do quartel incendiar-se uma residência, em que os populares corriam ao quartel e viam o caminhão de combate a incêndio estacionado, sem ninguém no Posto, tendo que se deslocar uma viatura de quartel mais distante, enquanto a casa queimava com um caminhão de combate a incêndio parado a poucos metros, sem guarnição.

Os exemplos são abundantes. O que dizer de uma Operação Verão que retira, no final do mês de dezembro até meados do mês de março do ano seguinte, uma parcela de 15% do efetivo previsto, do interior do Estado e da Capital, para atuar no litoral paranaense? Somando-se os números relativos à defasagem de 20%, com a do efetivo movimentado para a Operação Verão, perfaz-se um total de 35% de bombeiros que desguarnecem o restante do Estado, durante o verão.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que deva existir o quantitativo mínimo de um bombeiro para cada 1000 habitantes (BENTO, 2007). No Estado do Paraná, então, para uma população de 10.686.247 (IBGE, 2009), haveria a necessidade de se ter aproximadamente 10.686 bombeiros, o que, frente aos 3.411 previstos (existentes são 2.700) revela a fragilidade do Estado em prover serviços de bombeiros em quantidade adequada. E, quando não há quantidade, a tendência, por certo, é diminuir a qualidade.

Por tais mazelas é que se necessita de mecanismos que potencializem o uso dos profissionais na área operacional. A Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado prevê no art. 29 que “para os serviços de apoio deve ser utilizada, sempre que possível, mão-de-obra civil” e, nesta orientação, verifica-se que a Lei Federal nº 10.029/2000 vem amoldar-se ao pretendido pelo legislador estadual. Embora não se apresente como solução ideal, mas como um paliativo, pode aliviar a tensão natural decorrente da falta de uma política de recursos humanos adequada por parte do Estado.

Então, os Corpos de Bombeiros Militares, instituições responsáveis pela tranquilidade e salubridade públicas, em âmbito estadual, têm a necessidade de um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo de bombeiros para a atividade-fim da Corporação.

Sob outro enfoque, nos dias atuais tem-se presenciado um número cada vez maior de desempregados, com jovens atingindo a idade do serviço militar, prontos para entrar no mercado de trabalho que, ao serem dispensados, ficam sem uma profissionalização, resultando na perda de uma oportunidade para iniciar o seu primeiro emprego. Em países desenvolvidos, como a França, é comum a prestação de serviço nas instituições de segurança pública e, com certeza, essa medida atinge várias vertentes das necessidades sociais para o jovem, para a instituição, para os órgãos policiais e para a sociedade que, certamente, terá mais bombeiros disponíveis para prover segurança de pessoas e bens.

Poder-se-ia dizer que há um binômio necessidade *versus* responsabilidade. Tanto um quanto outro termo espelha um dever de agir por parte do Estado. O desempenho das competências constitucionais do Corpo de Bombeiros deve ser realizado com responsabilidade social que, para Melo Neto e Fróes (1999, p. 78), consiste na “decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce”, ou seja, é o compromisso das empresas que exerce atividade econômica lucrativa em contribuir com o desenvolvimento, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e a comunidade em geral.

Apesar de ser um conceito da área da moderna Administração, em um primeiro momento utilizada na iniciativa privada, verifica-se que pode amoldar-se perfeitamente ao serviço prestado pelo Corpo de Bombeiros, pois o Estado pode contribuir com a sociedade, oferecendo oportunidades aos jovens, aprimorando a distribuição de renda no Brasil e cumprindo o real papel do Estado: servir à sociedade.

Segundo Ribeiro (2005), “o Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo”, e isso prejudica os jovens paranaenses que necessitam ingressar no mercado de trabalho. Cabe ao Estado aumentar a disponibilidade de oportunidades para o primeiro emprego e, com a Lei do Voluntariado Militar, o Estado, na visão humanista que hoje se propõe (DANGELIS, 2007), pode implementar medida de bom alvitre para a resolução de problemas tão distintos, mas intimamente ligados: a falta de estrutura do Estado e a necessidade de ofertar uma política social de inclusão do jovem no mercado de trabalho.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Constitui objetivo geral do estudo avaliar a possibilidade de aplicação da Lei Federal nº 10.029/2000 no Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

1.3.2 Objetivos Específicos

Constituem objetivos específicos do estudo:

- a) identificar as atividades-meio do Corpo de Bombeiros, em que é possível o emprego de voluntários;
- b) averiguar a possibilidade de adaptação do Serviço Auxiliar Voluntário ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná;
- c) avaliar a capacidade de atendimento da responsabilidade social inerente ao Serviço Auxiliar Voluntário;
- d) verificar a aceitabilidade do Serviço Auxiliar Voluntário no Corpo de Bombeiros;
- e) identificar como funciona o Serviço Auxiliar Voluntário em outras Corporações policiais-militares e bombeiros-militares.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido, inicialmente, a partir de uma revisão de literatura consistente na análise da atual estrutura do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná desde a sua fundação, em 1912, até o seu passado próximo, com o advento da descentralização da Corporação, a partir da década de 1970, bem como das soluções que permeiam o seu desenvolvimento hoje, como o projeto Bombeiro Comunitário, que buscou ampliar a cobertura de bombeiros no Estado, sem onerar o atual modelo militar.

Buscou-se caracterizar a crescente demanda pelos serviços de socorros públicos, tomando-se por base o crescimento dos municípios paranaenses desde 1940, com o consequente aumento populacional apresentado pelo Estado até o ano de 2009. Correlacionaram-se os dados obtidos com o atual número de bombeiros existentes no Estado e a crescente demanda dos serviços desde 1990, lastreado por pesquisa junto às seções de recursos humanos e estatística, BM/1 e BM/3, respectivamente, abrangendo informações a respeito da situação atual do efetivo e a crescente demanda por serviços especializados de bombeiros.

A revisão de literatura enfocou também o estudo dos conceitos sobre o voluntariado e a responsabilidade social das empresas, adaptando-se o modelo para a realidade do Estado que, além das incumbências impostas legalmente, também tem espaço para dedicar-se à sociedade, preocupando-se com o jovem, que busca sua primeira experiência profissional.

Como forma de sedimentar a base teórica, salientando a importância do serviço voluntário, destacaram-se experiências anteriores da Corporação na área, como o Bombeiro Voluntário de Palmas e o Projeto Guarda-Vidas Civil que, hoje, não estão mais em funcionamento.

Para consolidar a base de dados sobre o tema da monografia, buscou-se junto à seção de legislação da PMPR, a PM/1, informações sobre projetos sobre a matéria do voluntariado. Obteve-se, assim, um modelo colocado à apreciação da Procuradoria Geral do Estado sobre a aplicação da Lei Federal nº 10.029/2000, na Polícia Militar do Paraná, que encontrou restrições no curso de sua análise, principalmente por considerar a forma de contratação de mão-de-obra como uma via

transversa, que poderia trazer consequências funestas, a longo prazo, para a própria Administração e para os administrados.

Foi necessário, então, caracterizar-se que a mão-de-obra temporária, advinda dos voluntários, não tem somente o condão de desonerar efetivos da PMPR, mas de ser um indicativo da colaboração da PMPR e do Corpo de Bombeiros, com os jovens de 18 a 23 anos, que buscam a inserção no mercado de trabalho, evidenciando a responsabilidade social do Estado, além de suas atribuições constitucionais.

Não obstante a negativa da PGE quanto ao primeiro projeto, que buscava o emprego do voluntário nas atividades-meio da Corporação, a PMPR remodelando-o, apresentou nova versão, mais consentânea com a responsabilidade social, o que o torna mais suscetível de justificar a proposição do modelo.

Também, em análise dos dispositivos da Lei Federal nº 10.029/2000, buscou-se identificar a possibilidade de aplicação no Corpo de Bombeiros, destacando-se o momento favorável por que passa a matéria no Congresso Nacional, com a tendência de ampliação da lei do voluntariado, com prazo de permanência do voluntário mais dilatado do que previsto inicialmente.

A pesquisa documental teve por finalidade a colheita de dados junto ao Corpo de Bombeiros do Paraná e às Corporações Militares Estaduais e Distrital de Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Roraima e Distrito Federal, onde funciona o SAV, de forma a identificar o melhor modelo para aplicação na solução do problema apresentado ou propor outro, a partir dos elementos colhidos.

Utilizando-se de um questionário de pesquisa com questões abertas e fechadas, foi realizada a coleta de dados junto ao público-alvo, composto por todos os Comandantes de Organizações Bombeiros-Militares, com a finalidade de caracterizar a importância do estudo, em termos de possibilidade de aplicação nas OBMs, e colher informações a respeito das possíveis atividades que poderiam ser desempenhadas no Corpo de Bombeiros.

Por fim, à guisa de conclusão, foram resumidos os dados coletados junto à Polícia Militar do Paraná e outras Corporações Policiais Militares Estaduais, relacionando-os com as informações obtidas na pesquisa bibliográfica constante do referencial teórico, apresentando uma proposta de solução para o problema de pesquisa, a respeito da viabilidade de implantação do Serviço Auxiliar Voluntário no Corpo de Bombeiros do Paraná, nos moldes da Lei Federal nº 10.029/2000.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

3.1.1 Breve Histórico

Antes da fundação do Corpo de Bombeiros do Paraná, os serviços contra incêndios tiveram início em Curitiba com a Sociedade de Bombeiros Voluntários, que utilizava modelo similar ao ainda hoje existente na cidade de Joinville. Era a Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários, fundada em 1897, que visava satisfazer as necessidades do crescente Município de Curitiba, tendo caráter supletivo, pois os reduzidos recursos financeiros da época não permitiam aos governos Estaduais e Municipais organizarem modelos mais eficientes de departamentos contra o fogo.

Finalmente, no ano de 1912, o Presidente da Província do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, apresentou ao Congresso Legislativo do Estado um projeto de lei que propunha a criação de um Corpo de Bombeiros na Capital. Por sinal, no mesmo ano em que foi fundada a Universidade do Paraná, a mais antiga do Brasil, que representava o progresso batendo em portas paranaenses e, atualmente, símbolo da cidade de Curitiba.

A Lei Estadual nº 1.133, que criou o Corpo de Bombeiros, foi sancionada em 23 de março de 1912 e equiparou os postos e graduações de seus componentes, na plenitude de direitos, prerrogativas, honras e vantagens, ao dos integrantes do Regimento de Segurança, atual Polícia Militar do Paraná, que havia sido criado em 10 de agosto de 1854.

As atividades do Corpo de Bombeiros do Paraná foram marcadas pela leitura da ordem do dia, em 08 de outubro de 1912, baixada pelo seu primeiro Comandante, Major Fabriciano do Rego Barros, com uma organização de caráter rigorosamente militar e com completa autonomia, sendo formado por um Estado-Maior, duas Companhias e dois Estados-Menores.

O Corpo de Bombeiros nasceu autônomo e, a partir de então, alternou períodos de incorporação a órgãos policiais e novos períodos de autonomia, inclusive com a municipalização dos serviços em 1936, retornando à administração do Estado, em 1938, e reincorporado à Polícia Militar com a denominação de Companhia de Bombeiros. Porém, gozando de autonomia administrativa para aplicação dos meios que lhe fossem atribuídos no orçamento do Estado, até que em 1953, passou a denominar-se Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, nomenclatura que adota até hoje.

3.1.2 A Descentralização dos Serviços de Bombeiros

Segundo KRETSCHMER³ (2009), há fatores que interferem na doutrina de emprego da Corporação, destacando-se os de índole interna ou específica, como é o caso da estrutura e articulação das unidades de Bombeiros, que devem sempre atender a sua destinação legal. Diga-se de passagem que a estrutura diz respeito à organização básica e à articulação à localização das unidades, sendo tais condicionantes atingidos diretamente por subfatores como as condições geográficas, socioeconômicas e a extensão territorial.

Na década de 1970, o Corpo de Bombeiros do Paraná iniciou um processo de descentralização e articulação de áreas de atuação e jurisdição de suas unidades e subunidades, sempre visando ao melhor atendimento do cidadão, no menor tempo possível. O objetivo foi estar, dentro de padrões razoáveis, à disposição para o atendimento de emergências e urgências, nas áreas de incêndio, socorro público, emergências pré-hospitalares e ações de defesa civil.

Nessa década, Curitiba tinha pouco mais de seiscentos mil habitantes e, incluindo toda a população da Região Metropolitana, esse número chegava, aproximadamente, a novecentos mil habitantes, ou seja, metade do tamanho da população atual.

Atados ao progresso e ao desenvolvimento aparecem os problemas estruturais, entre eles o da segurança. Sabe-se que a responsabilidade pela

³ KRETSCHMER, V. **Fatores que Interferem na Doutrina de Emprego da PMPR**. São José dos Pinhais, 26/06/2009. Aula ministrada na Academia Policial-Militar do Guatupê.

segurança do cidadão é do Estado, conforme a Constituição (BRASIL, 1988) salienta: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Entretanto, verifica-se diariamente que o Estado não tem conseguido cumprir adequadamente tal responsabilidade.

Em se tratando de prevenção e combate a incêndios, não tem sido diferente. Acompanhando-se a evolução do Corpo de Bombeiros constata-se que, enquanto no Estado o número de Municípios cresceu em progressão geométrica, o número de aquartelamentos interiorizados cresceu em progressão aritmética. Em 1912, ano da fundação do Corpo de Bombeiros, o Estado do Paraná tinha pouco menos que 20 Municípios; com o decorrer dos anos, esse número foi aumentando, conforme se verifica na TABELA 1:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO PARANÁ

ANO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
1930	31
1940	49
1950	93
1960	174
1970	288
1980	371
1999	399

FONTE: IBGE (2009)

O mesmo Corpo de Bombeiros, que em 1912 possuía apenas um aquartelamento de bombeiros, hoje, noventa e sete anos após, atende a 49 Municípios do Estado, ou seja, apenas 12,28% dos Municípios paranaenses.

A política de ampliação de frações de Bombeiros nas cidades segue o princípio da regionalidade e da característica de cada localidade. Pode-se deduzir que, observando as peculiaridades regionais e seus caracteres, a evolução física da organização não se tem realizado na mesma proporção que a criação dos novos Municípios, que se emancipam em razão do seu grau de desenvolvimento.

Desde o ano de 1994, o Corpo de Bombeiros do Paraná conta com a mesma estrutura operacional, divididas as Organizações Bombeiros-Militares em seis Grupamentos de Bombeiros e dois Subgrupamentos de Bombeiros

Independentes, que têm sob sua responsabilidade, cada qual segundo sua parcela, os 399 Municípios paranaenses (FIGURA 1).

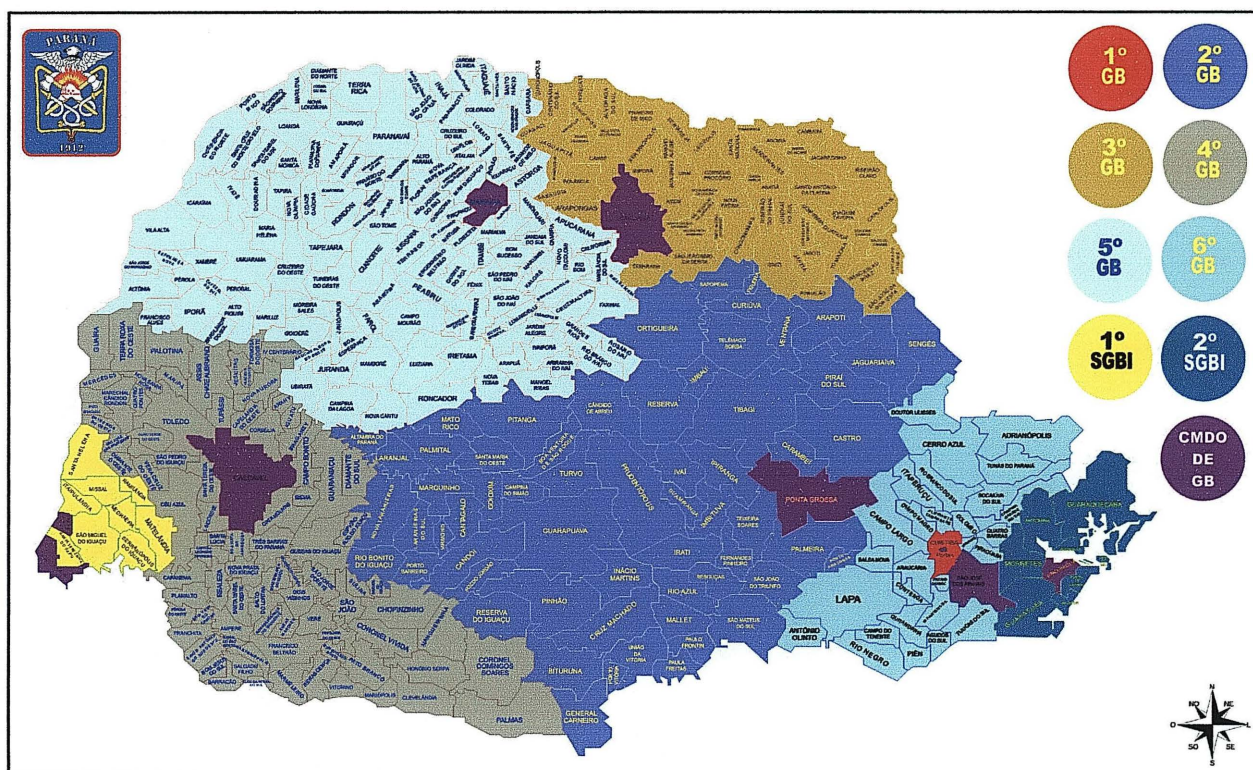


FIGURA 1 – MAPA DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ
FONTE: BM/3 (2009)

Em 07 de outubro de 2005, o Corpo de Bombeiros sofreu sua última remodelação, que não ampliou o número de unidades BM, nem alterou sua respectiva articulação, mas incluiu um novo serviço, que é a Oitava Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros (BM/8), e regularizou outro já existente e consagrado, o Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) que, desde o início da década de 1990, funciona no Estado do Paraná.

A estrutura da BM/8 foi idealizada por um projeto piloto, no ano de 2004, que buscava sanar a deficiência da cobertura no atendimento efetuado pelo Corpo de Bombeiros, pois, como demonstrado, as Organizações Bombeiros-Militares (OBMs) estavam presentes em apenas 12,28% dos Municípios do Estado, dificultando o atendimento emergencial fora da cidade-sede (FIGURA 2).

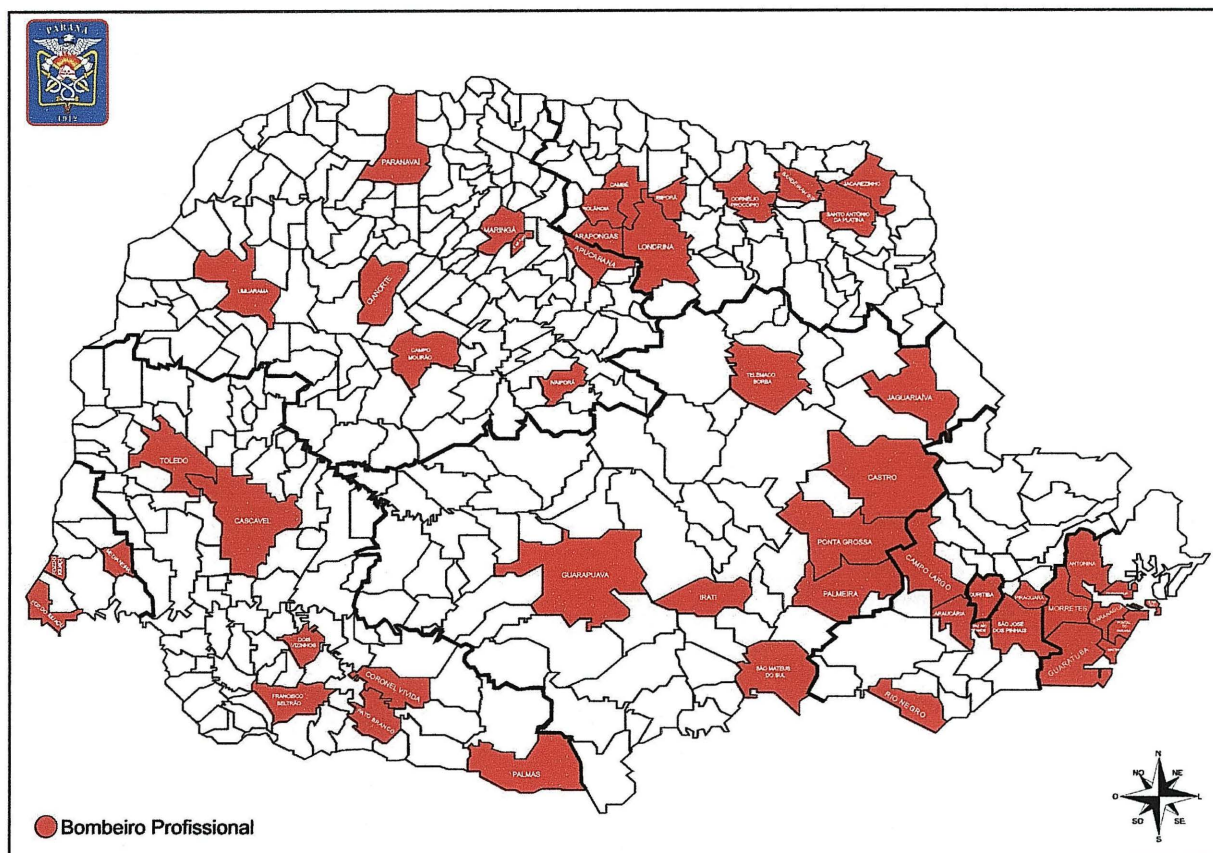


FIGURA 2 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES MILITARES DE BOMBEIROS
FONTE: BM/3 (2009)

O projeto Bombeiro Comunitário consistia em oferecer às cidades onde não existia nenhum tipo de serviço de bombeiro instalado um atendimento emergencial de combate a sinistros, bem como fornecer a primeira resposta em situações de calamidades públicas, em parceria com as prefeituras municipais, que aderiam a um termo de convênio padrão.

Logicamente, o ideal seria a expansão do Corpo de Bombeiros Militar, mas, por questões administrativas e de ordem política, criou-se o Bombeiro Comunitário (BC) com meta de atingir, numa primeira etapa, cinquenta Municípios que tivessem população superior a 15.000 habitantes e desprovidos de Organizações Bombeiros-Militares.

Constitucionalmente, o projeto é questionável quanto à atribuição de missões próprias do Corpo de Bombeiros a terceiros (Municípios). Segundo o artigo 48 da Constituição Estadual, cabe à Polícia Militar a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos e, conforme explicita a Lei de Organização Básica da PMPR, no artigo 30, II, combinado com o artigo 2º, V, são as Unidades de Bombeiros perante o

Comando-Geral da Polícia Militar que têm a seu encargo as missões específicas de realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em caso de afogamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.

Entende-se que o Estado tomou um posicionamento mais político do que técnico em virtude de que os serviços de Bombeiros são exclusivos da Polícia Militar, por meio de seu Corpo de Bombeiros. Apesar de ser alto o custo de implantação de uma fração do CB, tanto o Estado, por meio do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros (FUNCB), quanto o Município, por meio do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), têm plenas condições de custear novas frações.

Quanto à questão de recrutar novos bombeiros-militares, o problema envolve os limites constitucionais para despesas com pessoal como também a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que pode impedir contratações. Entretanto, não há, no atual ordenamento jurídico da Nação, outro mecanismo legal que não atraia a responsabilidade civil do Estado em caso de falta ou falhas do serviço para substituir bombeiros-militares, nas missões que lhes são peculiares.

Contudo, o Bombeiro Comunitário, presente hoje em 49 municípios, é uma realidade, que tem por fundamentos a ausência do CB em 87,72% dos Municípios. Também se justifica pela impossibilidade lógica e fática de alocação de bombeiros em todos os Municípios, a necessidade de uma primeira resposta ao atendimento de princípios de incêndios e de outros eventos, a otimização de recursos e a expansão do primeiro atendimento de bombeiros com o envolvimento dos Municípios, por meio de Agentes de Defesa Civil, responsáveis pela primeira intervenção de combate a incêndios e a execução de atividades de defesa civil, sob a supervisão e monitoramento efetuados pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

Controvérsias à parte, o Bombeiro Comunitário é uma realidade que hoje faz parte da articulação do Corpo de Bombeiros em todo o Estado, tendo cada um a supervisão e o controle de uma Organização Bombeiro-Militar (FIGURA 3).

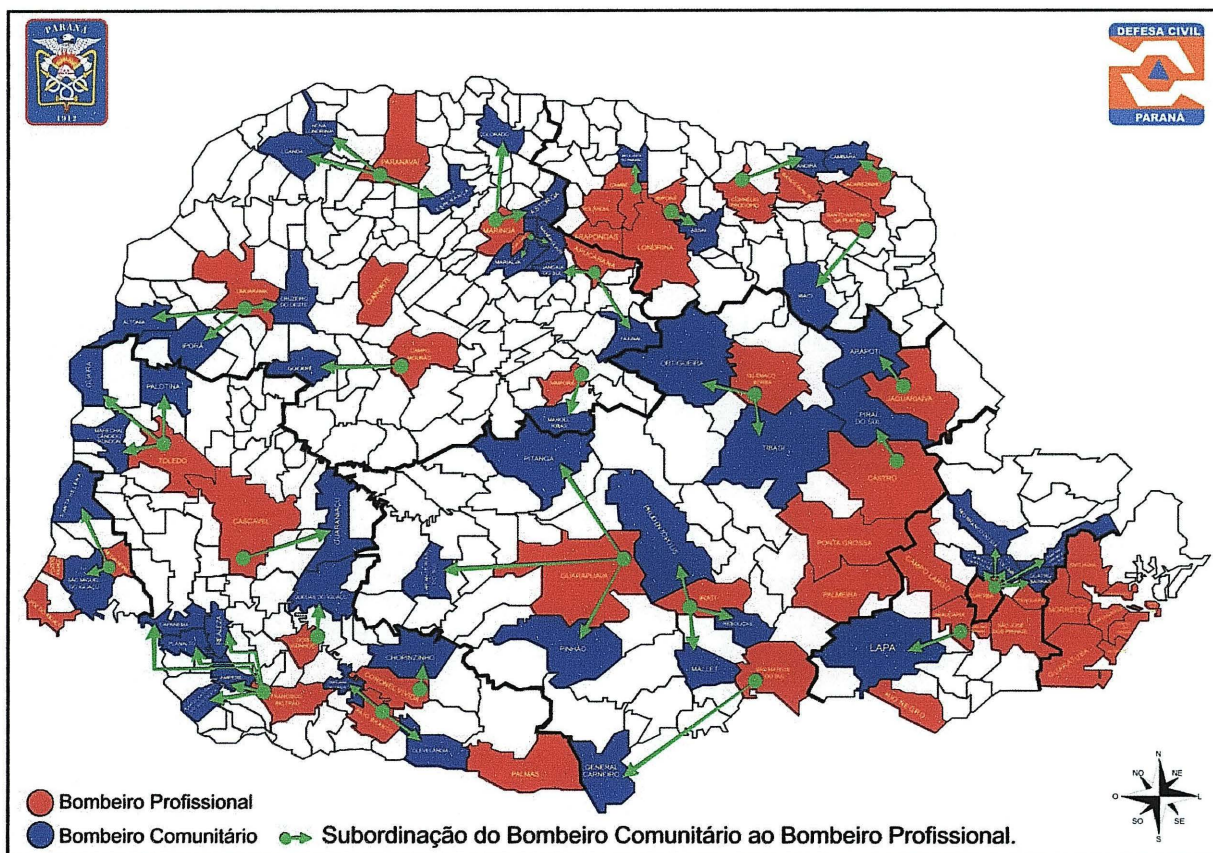


FIGURA 3 – MAPA DA ARTICULAÇÃO ENTRE BC E CB
 FONTE: BM/3 (2009)

3.1.3 O Efetivo do Corpo de Bombeiros e a Demanda dos Serviços de Socorros Públicos

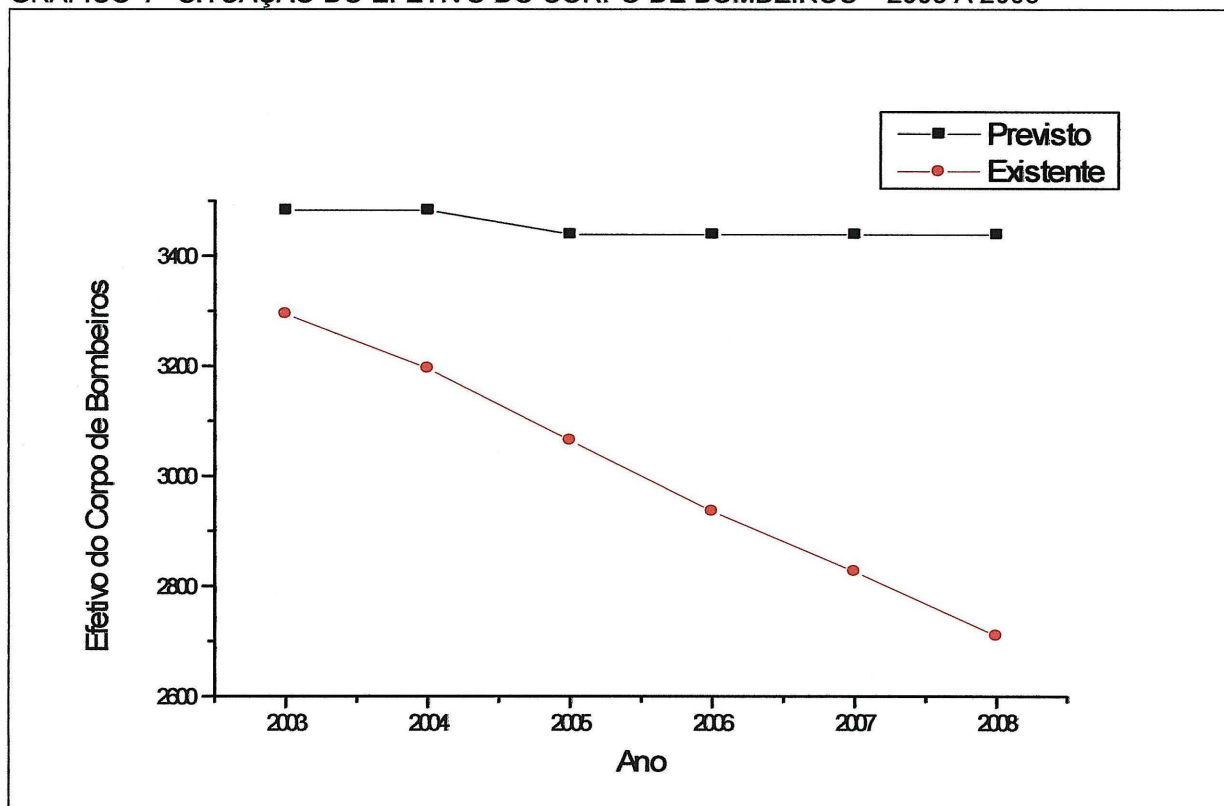
Após pesquisa documental na 1ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros (BM/1), que tem sob sua responsabilidade assuntos relativos ao pessoal e legislação, foi verificado durante o período de seis anos, compreendido entre os anos de 2003 a 2008, o agravamento da situação da defasagem de pessoal, comparativamente com o efetivo previsto por lei para a Corporação, conforme pode-se perceber na TABELA 2 e no GRÁFICO 1.

TABELA 2 - SITUAÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008

Período	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Efetivo previsto (P)	3.483	3.483	3.439	3.439	3.439	3.439
Efetivo existente (E)	3.296	3.197	3.066	2.937	2.828	2.711
Diferença (P – E)	187	286	373	502	611	728

FONTE: BM/1 (2009)

GRÁFICO 1 - SITUAÇÃO DO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008



FONTE: BM/1 (2009)

A partir da leitura dos dados, verificou-se que o Corpo de Bombeiros sofreu uma diminuição no efetivo previsto do ano de 2004 para 2005. Isto se deveu à readequação do efetivo realizado com base na Lei Estadual nº 14.851, de 07 de outubro de 2005, em seus anexos I e II, que readequou o quadro dos Oficiais e das Praças lotados no Corpo de Bombeiros por qualificação policial-militar geral. De 3.483 o efetivo passou para 3.439 bombeiros-militares, caracterizando um encolhimento de 42 militares estaduais.

É Interessante perceber que a média de exclusões por ano desde 2003 é de 145 bombeiros-militares, todavia desconsiderando-se os dados de 2003, que foi um ano atípico em relação às exclusões a pedido para a reserva remunerada, pois na época havia rumores de uma reforma previdenciária que acabaria com a

aposentadoria proporcional, aos 25 anos de serviço. Chega-se, então, a um valor médio aproximado de 105 bombeiros-militares que deixam a Corporação anualmente.

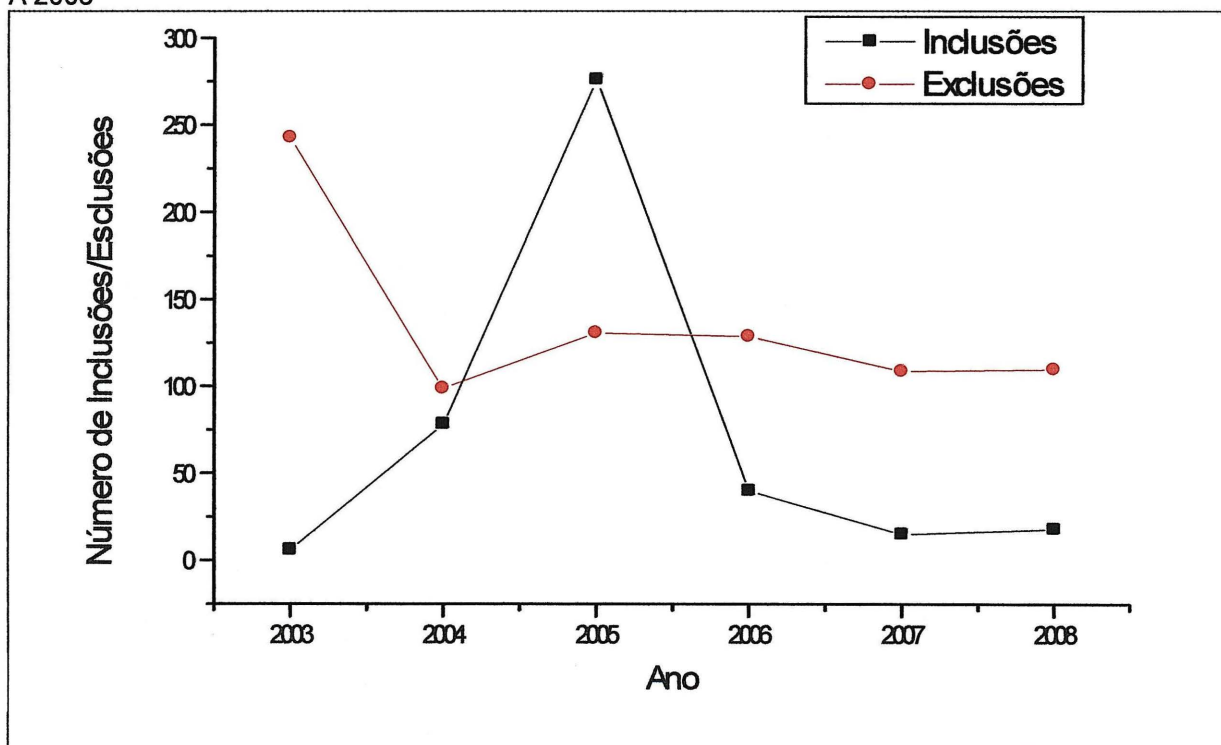
Observando-se também o número de inclusões no período de 2003 - 2008, a conclusão não foi nada animadora, pois a tendência é de que as exclusões superem o número de inclusões, que vêm se mantendo num ritmo muito tênue (TABELA 3 e GRÁFICO 2).

TABELA 3 - RELAÇÃO ENTRE INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Inclusões	6	78	276	40	15	18	433
Exclusões	243	99	131	129	109	110	870

FONTE: BM/1 (2009)

GRÁFICO 2 - RELAÇÃO ENTRE INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO CORPO DE BOMBEIROS – 2003 A 2008



FONTE: BM/1 (2009)

Segundo dados da 3ª Seção do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros (BM/3), que é responsável por assuntos relativos a operações, ensino e instrução,

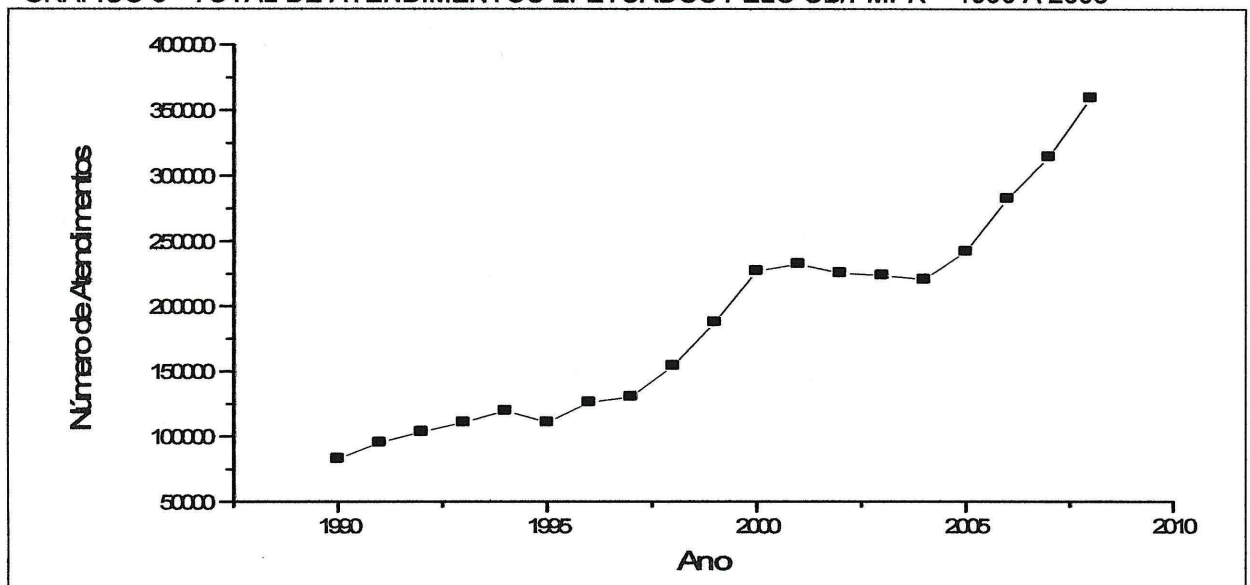
desde 1990, o número de ocorrências atendidas pela Corporação tem aumentado ano a ano (TABELA 4 e GRÁFICO 3).

TABELA 4 - TOTAL DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 1990 A 2008

Período	Número de Atendimentos
1990	82.846
1991	95.145
1992	103.534
1993	110.705
1994	119.564
1995	110.662
1996	126.047
1997	130.195
1998	154.081
1999	187.475
2000	227.163
2001	232.601
2002	225.598
2003	223.982
2004	220.757
2005	242.179
2006	282.542
2007	314.589
2008	359.782

FONTE: BM/3 (2009)

GRÁFICO 3 - TOTAL DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 1990 A 2008



FONTE: BM/3 (2009)

O aumento médio da demanda por serviços de Bombeiros, no período de 2003–2008, como se pode observar na TABELA 4, é de aproximadamente 27.160 ocorrências por ano, o que projeta uma tendência de crescimento da necessidade da população por socorros públicos para os próximos anos.

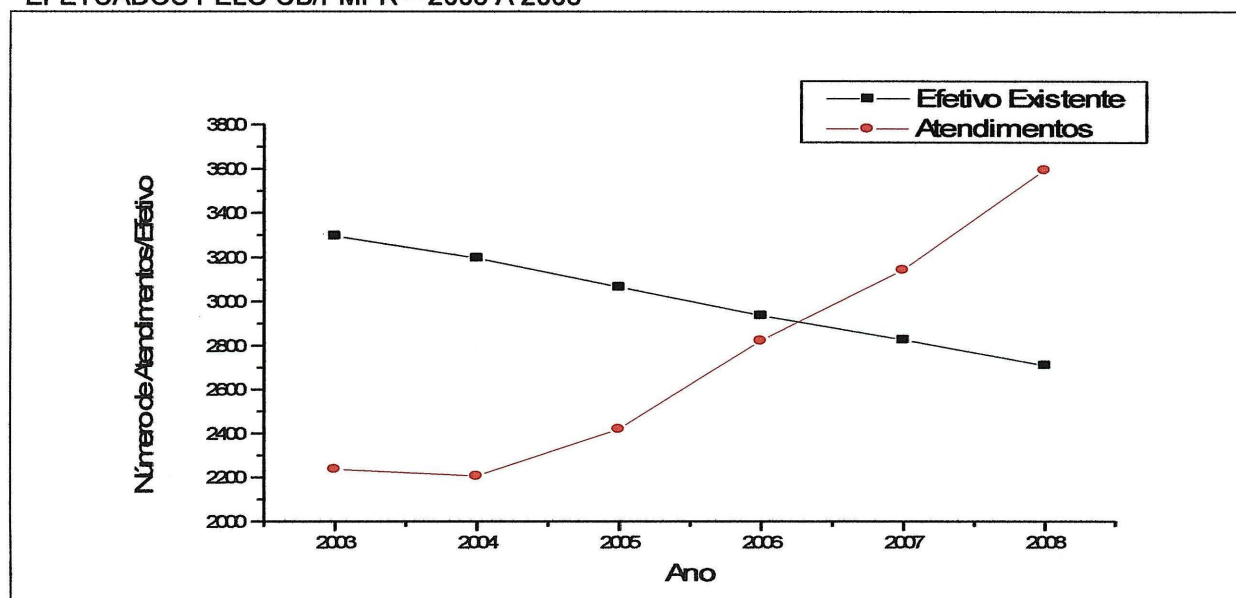
Fazendo-se a correlação entre o número de ocorrências atendidas nos anos de 2003 a 2008, com o efetivo existente no período considerado, tem-se uma perspectiva de encolhimento da Corporação e do aumento da demanda pelos serviços de Bombeiros, expressando-se grandezas inversamente proporcionais (TABELA 5 e GRÁFICO 4).

TABELA 5 - CORRELAÇÃO ENTRE O EFETIVO EXISTENTE E O NÚMERO DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 2003 A 2008

Período	Efetivo existente	Número de Atendimentos Efetuados (x 100)
2003	3.296	2.240
2004	3.197	2.208
2005	3.066	2.422
2006	2.937	2.825
2007	2.828	3.146
2008	2.711	3.598

FONTE: BM/1 e BM/3 (2009)

GRÁFICO 4 - CORRELAÇÃO ENTRE O EFETIVO EXISTENTE E O NÚMERO DE ATENDIMENTOS EFETUADOS PELO CB/PMPR – 2003 A 2008



FONTE: BM/1 e BM/3 (2009)

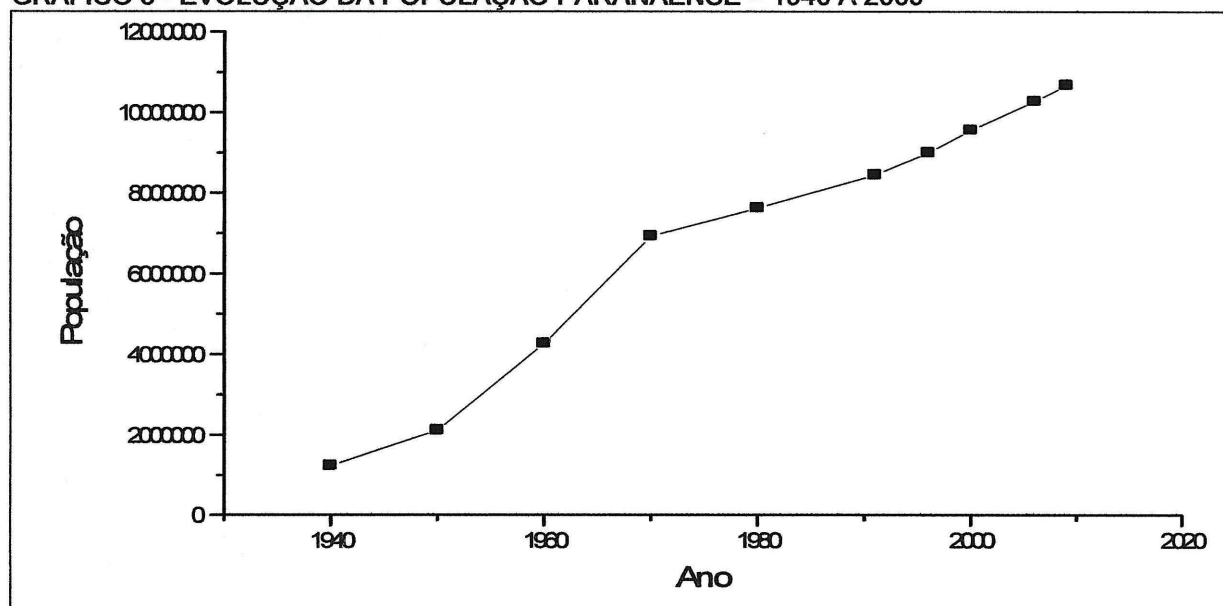
O aumento das necessidades da população por serviços de bombeiros é diretamente proporcional ao seu crescimento. Da TABELA 6 e do GRÁFICO 5 pode-se ter uma idéia geral do crescimento da população paranaense, nos últimos 69 anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE – 1940 A 2009

Período	População Total
1940	1 236 276
1950	2 115 547
1960	4 268 239
1970	6 929 868
1980	7 629 392
1991	8 448 713
1996	9 003 804
2000	9.563.458
2006	10.284.503
2009	10.686.247

FONTE: IBGE (2009)

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE – 1940 A 2009



FONTE: IBGE (2009)

Como foi demonstrado, o nível de recrutamento adotado pelo Estado do Paraná para suprir as necessidades da população nas áreas de tranquilidade e

salubridade públicas, não é o ideal. Por essa razão, o administrador militar tem que racionalizar os recursos humanos. Não é mais admissível ter bombeiros-militares atuando administrativamente em atividades que não representam o fim para o qual foram treinados.

Logicamente, as necessidades de contratação passam por “peneiras”, que impedem o desenvolvimento do Corpo de Bombeiros, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não há valor em insistir com tal assertiva. Há que se buscar alternativas para a liberação de efetivo para ser aplicado na atividade-fim. Nisso reside o mote deste trabalho monográfico, ou seja, na liberação de bombeiros-militares que atuam burocraticamente, por meio de voluntários, nos moldes da Lei Federal nº 10.029/2000.

3.2 NOÇÕES GERAIS SOBRE O VOLUNTARIADO – A LEI Nº 9.608/1998

A complexidade da vida em sociedade, a burocracia da máquina estatal e a imensidão do território brasileiro, torna, por vezes, difícil a atuação do Estado em todos os campos a que está obrigado a atender.

A onipresença da União em todos os compartimentos da sociedade é desejável, no entanto, impossível de ser concretizada. Tanto que em diversos setores da vida pública, o cidadão é instado a intervir para garantir o seu direito constitucional a uma sociedade justa e equilibrada.

A segurança pública é um exemplo dessa assertiva, conforme se depreende do art. 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

Por tratar-se da responsabilidade de todos, a segurança pública deve ser partilhada de forma a incluir o cidadão neste delicado campo da atuação estatal. A

inclusão pode se dar por iniciativa do Estado ou do próprio cidadão. E é o que tem acontecido com relação aos voluntários, pessoas abnegadas que, inicialmente sem remuneração, praticam a solidariedade nos mais diversos setores da sociedade.

Entende Szazi (2003, p. 77) que “é significativo o número de pessoas que doam algum tempo de trabalho voluntário no Brasil: 16% da população acima de 18 anos. Se transformarmos o total de horas trabalhadas no equivalente à jornada de tempo integral, teremos um número representativo de 333.000 pessoas.” (*sic*) Aliás, historicamente, o trabalho voluntário já é desenvolvido há mais de cinco séculos no Brasil:

(...) apontando-se como marco inicial dessa atividade a fundação da Santa Casa de Misericórdia da então Vila de Santos, Capitania de São Vicente, em 1543. Nos séculos XVII e XVIII, a maioria das entidades filantrópicas era ligada a igreja Católica e a presença do Estado só se tornou significativa a partir de 1930, fortalecendo-se, em 1942, com a criação da LBA (Legião Brasileira de Assistência). Em 1995, cria-se a Comunidade Solidária para substituir a extinta LBA. Mais da metade (58%) dos voluntários são vinculados a instituições religiosas. (BARROS, 2008, p. 453)

Segundo o Centro Nacional de Estudos e Projetos (2009), “voluntário é o jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos”.

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2009), “ser voluntário é demonstrar apoio a um dos princípios básicos das Nações Unidas: o trabalho conjunto pode tornar o mundo um melhor lugar para todos”, pois o voluntariado beneficia a sociedade em geral e melhora a vidas das pessoas, incluindo a dos próprios voluntários”.

Tomas e Vieira (1993, p. 19) são enfáticos ao afirmar que os serviços voluntários “são uma resposta autêntica às necessidades individuais de aceitação, situação social, amizade e desenvolvimento, bem como às necessidades do cidadão como povo possa influenciar a conduta da sociedade.”

Reforçando-se a idéia vigente de responsabilidade social, verifica-se que:

(...) quando organismos de serviço social utilizam voluntários, não se trata apenas de trazer mais mão-de-obra, mas também, de reforçar o senso de responsabilidade que todos nós devemos ter para com os outros, pois é importante para a sociedade a preocupação pelos deveres tanto quanto pelos direitos. (TOMAS; VIEIRA, 1993, p. 19)

Na realidade, o trabalho voluntário traz inúmeros benefícios para a pessoa, como bem reconhece Cohen (1960, p. 92): “as atividades voluntárias e o voluntariado podem fornecer um clima social no qual as necessidades do indivíduo poderão ser satisfeitas de um modo que é importante tanto para ele quanto para sociedade da qual faz parte.”

Com a certeza da importância do tema sobre o voluntariado, precedendo a Lei Federal nº 10.029/2000, o Brasil, em 18 de fevereiro de 1998, à semelhança da Itália, editou a Lei Federal nº 9.608, que definiu, no art. 1º, o serviço voluntário como “atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.”

Importante perceber que a Lei, no art. 3º, informa que o serviço voluntário é uma atividade não remunerada, mas prevê a possibilidade de ressarcimento das despesas despendidas na realização das atividades, desde que estejam expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário, segundo o parágrafo único do art. 3º.

Para Barros (2008, p. 457), são pressupostos da atividade voluntária: “pessoalidade, espontaneidade e gratuidade, todos guardando proporção com o pressuposto da solidariedade, que, a rigor, é a causa distintiva dessa atividade.”

3.3 EXPERIÊNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO PARANÁ NA ÁREA DO VOLUNTARIADO

O Corpo de Bombeiros, consciente das dificuldades estruturais relacionadas aos recursos humanos atuou, entre os anos de 1998 e 2000, no sentido de minimizar o impacto da falta de efetivo. Experiências recentes relatam como se tentou incrementar projetos de prestação de serviços voluntários, como é o caso do

Bombeiro Voluntário de Palmas e o Projeto Guarda-Vidas Civil que, infelizmente, não se desenvolveram, mas demonstraram as primeiras iniciativas no sentido de estabelecer um serviço voluntário.

3.3.1 O Bombeiro Voluntário de Palmas

Respondendo aos anseios da comunidade de Palmas, no ano de 1998, o Corpo de Bombeiros, conjuntamente com a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial e Industrial do Município, implantaram um Posto de Bombeiros Voluntários, com guarnição composta de bombeiros-militares e pessoas voluntárias recrutadas no seio da comunidade.

Os voluntários pertenciam a empresas locais que cediam seus funcionários uma vez por mês para comporem a equipe de serviço. A Prefeitura concedia benefícios fiscais às empresas como forma de incentivar a participação.

O Destacamento de Bombeiro Voluntário era subordinado à Organização Bombeiro-Militar mais próxima da área de articulação dos Grupamentos de Bombeiros, no caso, o 4º Grupamento de Bombeiros, sediado em Cascavel, mais precisamente ao Subgrupamento de Bombeiros de Pato Branco.

Contudo, após um ano de funcionamento, o projeto não ascendeu, pois sofreu um esvaziamento por parte das empresas que cediam o voluntário. Na verdade, voluntária era a empresa e não o funcionário. Neste caso, verifica-se que a pessoa tem que ter a livre disposição para atuar como voluntário, o que não se consubstanciou devido ao modelo adotado.

O modelo de Bombeiro Voluntário utilizado em Palmas evidenciou a cultura brasileira, quanto aos serviços voluntários de bombeiros, pois diferentemente de Alemanha e Portugal, em que o voluntariado é forte, grande parcela da população brasileira ainda não está pronta para doar parte de seu tempo disponível em benefício da comunidade em que vive.

3.3.2 O Projeto Guarda-Vidas Civil

Em 25 de agosto de 2000, o Corpo de Bombeiros propôs à Secretaria de Estado da Segurança Pública a implantação do Projeto Guarda-Vidas Civil, que tinha por finalidade a utilização de pessoal civil em apoio às atividades do Corpo de Bombeiros profissional, durante a Operação Verão, mormente na função de guarda-vidas, ampliando o atendimento da Corporação no litoral paranaense.

A justificativa do projeto anunciava a falta de recursos humanos, já que na época da Operação Verão, a maior parte do efetivo utilizado é deslocada do interior para o litoral. Além de causar despesas adicionais para o Estado, com o pagamento de ajuda de custo e de passagens, também provocava e, ainda provoca, transtornos familiares e sociais aos bombeiros que permanecem por mais de dois meses exercendo com exclusividade a função de guarda-vidas. Já naquela época constatava-se que os quartéis de origem ficavam desfalcados dos seus efetivos, sacrificando as escalas de serviço e a qualidade do atendimento dispensado à comunidade local.

Estudos realizados à época revelavam que, entre outros argumentos, o efetivo geral empregado na Operação Verão representava 18% do efetivo total da Corporação, acarretando dificuldades para as Unidades da Capital e do interior do Estado para atender a crescente demanda de ocorrências.

Apontou-se como solução para o problema, dado que o Corpo de Bombeiros havia atingido o seu limite elástico máximo de aplicação de recursos humanos na Operação Verão, a contratação temporária de pessoal civil (universitários), treinados adequadamente sob a inspeção e o gerenciamento da Corporação.

De tudo, logrou-se na verdade a complementação da atuação do guarda-vidas militar, por meio da “Lei do Voluntariado”, Lei Federal nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, pensando-se em manter o Corpo de Bombeiros eficiente e eficaz, com um gerenciamento moderno, dentro do contexto que envolve a segurança dos cidadãos, executando suas atividades de maneira a atingir o seu objetivo maior, que é a proteção à vida.

Como justificativa social firmou o entendimento de que serviria como um complemento da educação superior, pois deveria estimular o conhecimento dos

problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Os verbetes utilizados para designar o projeto foram necessidade, criatividade, eficiência e eficácia, visando a uma maior proteção do ente estatal a todas as pessoas que elegeram o litoral do Paraná para desfrutar as férias de final de ano.

3.4 O POSICIONAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ QUANTO AO VOLUNTARIADO

Pelo protocolo integrado nº 5.805.932-3, o Comandante-Geral da PMPR encaminhou à Procuradoria Geral do Estado um anteprojeto de lei que institua o serviço voluntário na Polícia Militar.

O Procurador do Estado designado, Eroulths Cortiano Junior, com o Parecer nº 482/2003-PGE, em 21 de novembro de 2003, não evidenciou inconstitucionalidade direta nas propostas de lei, mas reconheceu que poderiam gerar repercussões relevantes ao Estado do Paraná. Ressaltou a necessidade do ingresso no Serviço Auxiliar Voluntário ser precedido por concurso público, como também orientou para que fosse especificado o valor exato do auxílio recebido pelo voluntário. Outro ponto indicado refere-se à questão de que a prestação voluntária não gera direitos previdenciários ou trabalhistas, verificando a intenção de utilizar-se de “contrato administrativo” para a contratação de mão-de-obra temporária, advertindo que a modalidade tem trazido problemas judiciais à Administração.

O Procurador ainda adverte expondo seu entendimento de que:

(...) se há necessidade de pessoal, deve a Administração valer-se da regular forma de contratação (por concurso público e de forma efetiva e não temporária), de maneira a que o corpo de servidores seja de nível compatível com o serviço público desejado. Aliás, a constante contratação de mão-de-obra por vias transversas e de forma temporária acaba por refletir-se na qualidade da prestação do serviço público, com consequências funestas, a longo prazo, para a própria Administração e para os administrados. (CORTIANO JUNIOR, 2003, p. 5)

Finalizando seu raciocínio, acusa um desvio de finalidade no anteprojeto, visto que não é função nem competência da PMPR a preparação de pessoal para a inserção no mercado de trabalho, como também detecta inconstitucionalidade no dispositivo que cria prisão especial⁴ ao voluntário.

O anteprojeto retornou à PMPR, que foi reajustado e reencaminhado à Procuradoria Geral do Estado, para o qual foi designado o mesmo Procurador, que exarou o Parecer nº 334/2004-PGE.

Em linhas gerais, reconhece o Procurador que a Polícia Militar atendeu as orientações decorrentes do Parecer anterior, mas formulou algumas observações recomendando que seja seguida à risca a determinação que diz respeito à proibição do porte e uso de arma de fogo pelos voluntários, bem como a vedação do exercício do poder de polícia. Também registrou a preocupação quanto à compensação dos custos que o voluntário realizar na execução dos serviços, que não deva tomar o nome de “indenização mensal”, mas de ressarcimento de despesas, conforme prevê o § único do art. 3º da Lei Federal nº 9.608/1998. E, por último, corroborou seu posicionamento pessoal de que o “Estado deve evitar, a todo o custo, a contratação de pessoal por meio de contratos administrativos”.

Em 26 de novembro de 2008, por meio do protocolo integrado 07.338.097-9, a Polícia Militar submeteu a matéria a novo exame da Procuradoria Geral do Estado. Entretanto, por falta de elementos esclarecedores, o processo retornou ao Comando-Geral da PMPR. Todavia, foi reencaminhado à PGE, onde aguarda parecer.

Diferentemente das estratégias adotadas, o Comando-Geral agora tramita pelo Estado, por meio do protocolo 07.513.770-2, nova minuta de projeto de lei que institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Paraná. Após as ponderações do Procurador do Estado, a Polícia Militar do Paraná buscou uma nova linha de ação justificando o projeto de lei de forma mais incisiva.

A justificativa da PMPR versa inicialmente sobre o interesse social que as questões envolvendo a segurança pública tem despertado nos diversos meios de comunicação, na Administração Pública e no Poder Legislativo, em decorrência dos crescentes índices de ocorrência, criminalidade e violência e da dificuldade dos órgãos estatais responsáveis pela segurança pública em fazer-lhes frente.

⁴ Espécie de prisão disciplinar, como a prevista nos Regulamentos Disciplinares das Polícias Militares.

Adotou-se a linha de que a Polícia Militar do Paraná precisava conceber medidas que estivessem ao seu alcance, de acordo com o seu nível de responsabilidade, para minimizar os efeitos do crime sobre a população. Para tanto, buscar alternativas reais e exequíveis é o mínimo que se pode esperar das instituições responsáveis pela segurança pública, porque há muito tempo as aspirações dos brasileiros residiam no atendimento de suas necessidades de saúde, educação, moradia, alimentação, entre outras menos importantes, e hoje o tema "segurança", de modo geral, passou a ganhar destaque especial.

Então, visando minimizar essa situação, a Corporação apresentou um anteprojeto de lei com baixo impacto financeiro, que contribuiu para o oferecimento do primeiro emprego.

Ressalta a justificativa que de longa data cogita-se a contratação de pessoal civil, para exercer atividades de cunho administrativo na Corporação, de forma que esta possa destinar para a atividade-fim os militares estaduais que hoje executam tais tarefas.

Uma definição importante foi a de dotar o Serviço Auxiliar Voluntário de natureza militar, sendo o voluntário incorporado como Soldado PM Temporário nas atividades administrativas, de saúde e de defesa civil, mediante auxílio mensal, uniforme e, quando em serviço, assistência médica, hospitalar e odontológica, cuja prestação dar-se-á pelo Estado.

Para o exercício das atividades, garantindo a segurança do voluntário e protegendo o Estado de eventuais demandas judiciais que versem sobre a integridade física do Soldado PM Temporário, foi prevista a contratação, junto à iniciativa privada, de seguro de acidentes pessoais destinado a cobrir os riscos inerentes ao desempenho das funções.

Todas as medidas do anteprojeto de lei visam otimizar os esforços da Corporação, direcionando seus efetivos prioritariamente para a atividade-fim, bem como fomentar a profissionalização dos integrantes do Serviço Auxiliar Voluntário, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Apesar dos fundamentos da Lei Federal nº 10.029/2000 definirem a proporção de um Soldado PM Voluntário para cada cinco integrantes do efetivo estabelecido em lei para a Corporação Militar Estadual, o que possibilitaria a admissão na PMPR de até 4.319 voluntários, segundo levantamentos junto aos diversos órgãos da Corporação. Num primeiro momento, seria proposta a admissão

de somente 1.131 Soldados PM Temporários. Estes exerceriam funções de digitador, recepcionista, cozinheiro, protocolista, arquivista, telefonista, garçom, rancheiro e serviços de obras e de intendência.

A previsão do anteprojeto de lei é que os voluntários sejam empregados no Quartel do Comando-Geral, sedes de Diretorias, Ajudância-Geral, Estado-Maior, Academia Policial Militar do Guatupê, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Centro de Operações Policiais-Militares (COPOM), Colégio, Hospital, Comando do Policiamento da Capital, Comando do Policiamento do Interior, Comando do Corpo de Bombeiros e em todas as Unidades Operacionais da PMPR.

Sob o ponto de vista orçamentário, apresentou-se um custo de auxílio mensal por voluntário, com seguro de vida incluso, de R\$ 1.259,99. Estima-se, na contratação de 1.131 voluntários, uma despesa de R\$ 1.425.048,69.

Do texto do anteprojeto de lei, alguns pontos devem ser destacados para o perfeito entendimento do modelo pretendido pela PMPR:

- a) os objetivos do SAV são:
 - proporcionar a ocupação, qualificação profissional e renda aos jovens que especifica, contribuindo para evitar o seu envolvimento em atividades antissociais;
 - aumentar o contingente de militares estaduais nas atividades diretamente ligadas à segurança da população.
- b) a indicação de que o Serviço Auxiliar Voluntário tem natureza profissionalizante;
- c) requisitos para ingresso no Serviço Auxiliar Voluntário:
 - ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma da legislação federal;
 - se homem, ser maior de 18 (dezoito) anos e menor de 23 (vinte e três) anos, encontrando-se quite com as obrigações relativas ao serviço militar;

- se mulher, estar na mesma faixa etária a que se refere o inciso anterior;
- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- ter concluído o ensino fundamental;
- apresentar aptidão intelectual e habilidade específica ou técnica;
- ter sanidade física, comprovada em inspeção de saúde;
- apresentar adequação psicológica para o desempenho das atribuições institucionais, avaliada em exame psicológico;
- possuir capacidade física, demonstrada por intermédio de exames próprios;
- não estar sendo processado criminalmente ou haver cumprido pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos pela prática de crime comum ou militar;
- apresentar conduta social irrepreensível e idoneidade moral inatacável, não possuindo antecedentes de caráter policial ou criminal que, em razão da natureza e do grau de responsabilidade das atribuições institucionais, sejam incompatíveis com o exercício delas, cuja verificação dar-se-á mediante pesquisa social;
- não apresentar qualquer tatuagem permanente no corpo, mesmo estilizada, que possa expressar ou sugerir qualquer ligação com gangues, organizações criminosas ou de estímulo à violência e ao uso de drogas, que seja contrária aos princípios e aos valores de liberdade e democracia, à moral, à lei, à ordem e aos bons costumes, ou, cujo conteúdo constitua-se em apologia à conduta delituosa ou que ofenda a ética ou a moral;
- não ter sido desligado ou excluído da Corporação, das Forças Armadas, de Forças Auxiliares ou de Instituição Policial, por motivo disciplinar ou, como servidor público, não haver sido demitido, inclusive por ato de improbidade administrativa, nem tampouco condenado em processo administrativo disciplinar por fato incompatível com o exercício das funções institucionais.

d) direitos do Soldado PM Temporário:

- frequência a curso específico de formação, com duração de até 90 (noventa) dias;
- auxílio mensal, de natureza indenizatória, equivalente a 2 (duas) vezes o piso salarial no Estado do Paraná;
- uso de uniforme exclusivamente no exercício das atividades definidas na lei, com identificação ostensiva da condição de Soldado PM Temporário;
- contar, como título, em concurso público para cargo de Soldado de 2ª Classe, um ponto para cada ano de serviço prestado, a ser utilizado como critério de desempate do certame;
- assistência médica, hospitalar e odontológica, sob responsabilidade do Estado.

e) A previsão de que os Municípios poderão responsabilizar-se pelos custos dos Soldados PM Temporários em exercício nas organizações militares estaduais sediadas nos respectivos territórios, cabendo à PMPR, mediante planejamento estratégico, observadas as prioridades administrativas e a disponibilidade de recursos, empregar os militares estaduais por eles substituídos nas atividades operacionais locais, na forma a ser definida em convênio.

3.5 A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NO CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros do Paraná, diferentemente da maioria de seus coirmãos, é orgânico da Polícia Militar do Estado, assim como os de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Todo o arcabouço de leis aplicado no Corpo de Bombeiros tem um destinatário certo, a Polícia Militar. Logo, o Corpo de Bombeiros é tratado

sem a especificidade que merece.

Unido à Polícia Militar, por força do parágrafo único do art. 46 da Constituição Estadual, aplica-se ao Corpo de Bombeiros toda a legislação infraconstitucional da Polícia Militar, que foi recepcionada pela Carta de 1989. E é do artigo 29 da Lei de Organização Básica da PMPR (LOB), Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, que se verifica a intenção de utilização de mão-de-obra civil nas atividades que não são as finalísticas da Corporação.

Já na década de 1970, o legislador paranaense procurou destacar que as atividades principais da organização possuíam prioridade sobre as que não faziam parte da competência do órgão, ou seja, para aquilo que foi criado. Derivando da matriz constitucional, a constituinte paranaense definiu no artigo 48 da Constituição Estadual quais eram tais atividades:

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei. (PARANÁ, 1989)

As outras formas e funções são definidas no art. 2º da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná:

Art. 2º. Compete à Polícia Militar:

- I - executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- II - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;
- III - atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- IV - atender à convocação do Governo Federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem, ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando da 5ª Região Militar, para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da defesa territorial;
- V - realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em caso de afogamento, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.

(...)

Art. 30. Os órgãos de execução da Polícia Militar constituem as unidades operacionais da Corporação e são de duas naturezas:

I – (...)

II - Unidades de Bombeiros, assim denominadas as unidades operacionais, que têm a seu encargo missões específicas de sua designação definidas nos itens IV e V do artigo 2º desta Lei. (PARANÁ, 1976)

Então, toda atividade estranha ao delimitado na legislação considerar-se-á como atividade-meio ou secundária. Tais atividades compreendem serviços que podem ser realizados por pessoas não necessariamente enquadradas como Militares Estaduais. É nesta esteira que o Congresso Nacional, com a edição da Lei Federal n.º 10.029, de 20 de outubro de 2000, abriu a possibilidade de utilizar voluntários.

Os Estados da Federação e o Distrito Federal têm se utilizado deste instrumento jurídico para liberar efetivo das atividades burocráticas canalizando-o para a área operacional, e em mais três Estados tramita idêntica proposição por suas casas legislativas. Inclusive a Secretaria Nacional de Segurança Pública, no seu Projeto de Segurança Pública para o Brasil, avalia a necessidade de priorizar as atividades do profissional militar estadual:

As polícias militares estaduais priorizam excessivamente estruturas burocráticas dos quartéis. Ocorrendo com frequência o fato de policiais-militares realizarem serviços de garçons, cozinheiros, barbeiros, escriturários e de atendimento pelo telefone. Possivelmente, 25% a 30% dos policiais não saem à rua onde já sugere a redução do efetivo nas funções administrativas, utilizando policiais inativos e terceirizando outros serviços, aumentando o número de servidores na atividade-fim. (BRASIL, 2002, p. 40)

Aproveitando-se dos ventos favoráveis no âmbito nacional, é momento para que o Estado do Paraná também edite uma lei estadual específica que disponha sobre a matéria, com base na norma federal existente.

Pelo que dispõe a Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, nos seus artigos 1º e 2º, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir o serviço voluntário junto às Polícias e Corpos de Bombeiros Militares para o exercício de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e de defesa civil, mencionando a impossibilidade do emprego dos voluntários em atividades típicas das corporações

Militares Estaduais:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar. (BRASIL, 2000)

A lei também estabelece os critérios para o “recrutamento” dos voluntários, conforme dicção dos Art. 3º e 4º:

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:
I – homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e

II – mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

I – número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II – os requisitos necessários para o desempenho das atividades ínsitas aos serviços a serem prestados; e

III – o critério de admissão dos voluntários aos serviços. (BRASIL, 2000)

Estão definidos, então, os critérios básicos, aplicáveis aos civis voluntários para prestar serviço no Corpo de Bombeiros. Conforme anteriormente destacado, verifica-se que os voluntários, dentro da faixa etária, são aqueles que excedem às necessidades de incorporação das Forças Armadas, que aqui se entende tanto os reservistas de 1ª categoria, quanto aqueles que foram dispensados do serviço militar inicial, mais as mulheres, que estão desobrigadas a prestar o serviço militar inicial.

Um ponto fundamental da Lei Federal nº 10.029/2000 está no art. 5º, prevendo que os voluntários não poderão, em hipótese alguma, na via pública, usar ou portar arma de fogo, vedando-lhes, ainda, o exercício do poder de polícia:

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia. (BRASIL, 2000, grifo nosso)

Neste ponto há contestações judiciais, pois Goiás e Roraima têm utilizado os voluntários nas atividades típicas dos militares estaduais, exorbitando a competência estadual, razão pela qual se deve afastar tal entendimento para uma aplicação mais serena da lei no Estado do Paraná, pois para a realização do policiamento, o voluntário, obrigatoriamente, terá que exercitar o poder de polícia, o que lhe é expressamente vedado pela lei.

O exercício do poder de polícia é indelegável, caracterizando-se como a expressão máxima da autoridade policial, seja ela civil ou militar. O que habilita o agente a exercer tão importante poder administrativo é a aprovação em concurso público específico, com a posse diante da autoridade competente, para o exercício da atividade policial, por meio de prerrogativas, direitos e deveres inerentes à função policial. Nesse aspecto, o voluntário não poderá ser considerado uma autoridade policial e, portanto, não terá o necessário amparo legal para o desenvolvimento constitucional das atividades decorrentes do exercício do poder de polícia.

Atualmente, existem bombeiros empregados em atividades internas, sendo que a contratação de voluntários pode amenizar essa situação e, por consequência, até possibilitar o aumento do número de Bombeiros empregados na atividade-fim. No Corpo de Bombeiros, aproximadamente 14,39% do seu efetivo é empregado em serviços gerais e administrativos.

É um bom momento para a apresentação de um anteprojeto de lei ao Governo do Estado, pois o Congresso Nacional estuda a ampliação da Lei do Voluntariado. A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, no dia 17 de dezembro de 2008, o Projeto de Lei nº 3.288/08, de autoria do Deputado Federal Major Fábio (DEM-PB), que amplia de um para dois anos o prazo inicial para prestação do serviço voluntário nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares. A proposta também permite a regionalização do serviço, por meio de convênios entre Estados e Municípios, que poderão aproveitar os jovens que foram dispensados do serviço militar obrigatório.

Levando-se em consideração que o Corpo de Bombeiros, no Estado do Paraná, conta com um efetivo previsto de 3.411 Bombeiros, pela regra atual da normatização federal, com uma proporção de um voluntário para cinco Bombeiros-

Militares, o Estado poderia contar com 682 voluntários. No Corpo de Bombeiros, caso ocorra a aprovação do Projeto de Lei nº 3.288/08, este número passaria a 1.137 voluntários.

Em função da possibilidade de ampliação da Lei do Voluntariado nas Polícias e Corpos de Bombeiros Militares – mostra de seu alcance e importância – é o momento de o Estado instituir o serviço voluntário no Corpo de Bombeiros, com vistas a liberar efetivo para a atividade-fim e responder aos anseios da sociedade em função da responsabilidade social que a instituição tem.

4 PESQUISA DE CAMPO

Objetivando colher o máximo de subsídios para a formulação de uma proposta para a solução do problema apresentado, além do estudo do referencial teórico relativo ao tema, foi realizada uma pesquisa em várias frentes, por intermédio da avaliação da estrutura de outras instituições, aplicação de questionário, pesquisas documentais e levantamento de informações em órgãos internos e externos. Segue abaixo o resultado da coleta de dados e as conclusões advindas da análise das informações levantadas.

4.1 A LEI FEDERAL Nº 10.029/2000 E SUA APLICAÇÃO NOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

A Lei n.º 10.029, de 20 de outubro de 2000, tem sido adotada por vários Estados da Federação como forma de atender às diretrizes de políticas de segurança pública vigentes, bem como possibilitar que policiais-militares e bombeiros-militares, que hoje exercem atividades internas, sejam efetivamente empregados na atividade-fim.

As atividades a serem exercidas pelos prestadores de serviço voluntário civis são de natureza exclusivamente administrativa, pois como já detectado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, serviços de garçom, barbeiro, escrivão, telefonista, recepcionista, digitador, podem ser supridas por voluntários. Tomando-se por base que um Soldado recebe do Governo do Estado do Paraná uma média de R\$ 1.700,00, percebe-se a subutilização do profissional em atividades de somenos importância, do ponto de vista da segurança pública, em que o piso salarial das categorias citadas pela SENASP não ultrapassa, muitas vezes, R\$ 600,00.

No Brasil, de uma forma geral, vários Estados, mais o Distrito Federal, possuem o Serviço Auxiliar Voluntário, conforme se pode verificar:

- a) Acre: Lei Estadual nº 1.375, de 02 de março de 2001;

- b) Goiás: Lei Estadual nº 14.012, de 02 de dezembro de 2001;
- c) São Paulo: Lei Estadual nº 11.064, de 8 de março de 2002.
- d) Mato Grosso: Lei Estadual nº 7.729, de 23 de outubro de 2002;
- e) Piauí: Lei Estadual nº 5.301, de 25 de junho de 2003;
- f) Ceará: Lei Estadual nº 13.326, de 15 de julho de 2003;
- g) Rio Grande do Sul: Lei Estadual nº 11.991, de 27 de outubro de 2003;
- h) Alagoas: Lei Estadual n.º 6.451, de 7 de janeiro de 2004;
- i) Roraima: Lei Estadual nº 430, de 16 de abril de 2004;
- j) Distrito Federal: Lei Distrital nº 3.398, de 30 de julho de 2004;
- k) Paraíba: Lei Estadual nº 8.355, de 19 de outubro de 2007;
- l) Pará: Lei Estadual nº 7.103, de 12 de fevereiro de 2008.

Consoante pesquisa na Internet, em outros Estados, como Bahia (Projeto de Lei nº 17.271/2008), Minas Gerais (Projeto de Lei nº 1.948/2002) e Rio de Janeiro (Projeto de Lei nº 2.948/2002), há projetos de lei tramitando em suas casas legislativas, objetivando implantar o Serviço Auxiliar Voluntário.

Algumas polêmicas têm sido geradas em torno do Serviço Auxiliar Voluntário, sobre a forma como alguns Estados desvirtuaram as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 10.029/2000. Para perfeita compreensão e proposição de um modelo paranaense, serão discutidos seis modelos de SAV: Goiás, Distrito Federal, Pará, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo.

4.1.1 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado de Goiás

O modelo goiano do Serviço Auxiliar Voluntário é de natureza profissionalizante, ingressando o interessado como Soldado PM Temporário. A atividade desempenhada tem por finalidade a execução dos serviços administrativos, auxiliares de saúde e de defesa civil, bem como de guarda de próprios estaduais e policiamento ostensivo/preventivo a pé e de eventos, com uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais, com remuneração no valor de dois salários-mínimos mensais. O contrato de prestação do Serviço Auxiliar Voluntário tem duração de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, no máximo duas vezes.

São requisitos básicos para o ingresso como voluntário na Polícia Militar de Goiás:

- a) certificado ou diploma de conclusão do ensino médio, expedido por estabelecimento oficial ou reconhecido, que deverá ser apresentado por ocasião da contratação;
- b) ser brasileiro;
- c) ter idade mínima de 18 anos e máxima de 27 anos até a data da contratação;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) ter bons antecedentes e idoneidade moral, situação comprovada mediante apresentação de certidões expedidas pelos órgãos policiais e judiciários, federais e estaduais;
- f) ser considerado recomendado em exame médico e odontológico feito pela Junta Policial Médica Central de Saúde;
- g) ter aptidão física comprovada por testes realizados pela PMGO;
- h) não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade, medida de segurança ou qualquer condenação incompatível com as funções da Polícia Militar;
- i) não ter sido dispensado de Corporação das Forças Armadas, por incapacidade física definitiva ou moral, ou por motivo considerado incompatível com as exigências para a função policial-militar;

- j) não ter sido desligado de estabelecimento de ensino militar por motivo disciplinar.

O modelo goiano desviou-se das normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 10.029/2000, resultando em que o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza, ingressou no Supremo Tribunal Federal com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3608) contra duas leis goianas que tratam do Serviço Auxiliar Voluntário. Na ação, são questionados cinco dispositivos da Lei Estadual nº 14.012/2001 e todo o texto da Lei Estadual nº 15.261/05, que desrespeitariam o artigo 22, inciso XXI, da Constituição Federal, que trata da competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de organização e efetivos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

A Lei Estadual nº 14.012/2001, que criou o Serviço Auxiliar Voluntário, afirma que os voluntários devem fazer serviços administrativos, auxiliares de saúde e de defesa civil, mas estaria em descompasso com a Lei Federal nº 10.029/2000 por permitir que os voluntários executem o policiamento ostensivo e preventivo a pé e de eventos, além do que, o ingresso no serviço pode se dar até os 27 anos de idade e a duração de um ano, que ainda pode ser prorrogada até duas vezes. Também questionada a Lei Estadual nº 15.261/2005 que permite aos voluntários ingressantes no ano de 2005 ter o prazo prorrogado por até duas vezes e meia.

O fundamento da ação baseia-se na impossibilidade constitucional dos Estados legislar sobre normas gerais para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, por ser atribuição exclusiva da União. Também há afronta aos dispositivos da Lei Federal nº 10.029/2000, que definem a idade máxima para os voluntários em 23 anos e o prazo de duração do serviço em um ano, prorrogável por uma única vez, assim como não autoriza os voluntários a fazer policiamento ostensivo ou preventivo, a pé e de eventos, ou qualquer outra modalidade.

Desde 2005 foi impetrada a Ação Direta de Inconstitucionalidade e até o presente ano não foi julgada a ação.

4.1.2 O Serviço Auxiliar Voluntário no Distrito Federal

No Distrito Federal, o serviço voluntário tem natureza civil, prevendo o concurso de seleção que 20% das vagas são reservadas para candidatos portadores de necessidades especiais, distribuídas nas áreas administrativas, serviços gerais e serviços auxiliares de saúde, nas funções de auxiliar administrativo, informática, almoxarifado, atendimento ao público, copa e cozinha, manutenção de instalações, de carros e viaturas, telecomunicações, limpeza e conservação de baias, limpeza e conservação de próprios, mecânica de autos, construção civil, pintor de paredes e auxiliar de saúde, com um auxílio indenizatório mensal de dois salários-mínimos.

O prestador voluntário de serviço é submetido a uma jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanal, destinadas à execução de serviços relacionados com as áreas administrativas, de serviços gerais e de serviços auxiliares de saúde.

A prestação voluntária de serviços não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista ou afim, ficando o candidato que ingressar no serviço voluntário sujeito aos direitos e deveres definidos na Lei Federal nº 10.029/2000, na Lei Distrital nº 3.398/2004 e no Decreto Distrital nº 28.362/2007.

É previsto também um mecanismo de proteção ao voluntário, evitando que seja confundido por criminosos com o policial-militar, acarretando em vedação do uso de uniforme, insígnias, equipamentos, cores ou outro artefato que possa identificá-lo como policial. Também, conforme a regra geral, é proibido, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de arma de fogo e o exercício do poder de polícia.

Dentre os requisitos para ingresso do candidato no serviço à prestação voluntária de serviço, exige-se:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) idade mínima de 18 anos na data de admissão e não ter completado 23 anos até o último dia do período inscrições;
- c) para os prestadores de serviço voluntário do sexo masculino, ter excedido às necessidades de incorporação das Forças Armadas;
- d) ter concluído, no mínimo, a última série do ensino fundamental;
- e) estar em dia com as obrigações eleitorais;

- f) ter boa saúde, comprovada mediante inspeção de saúde realizada pela junta médica da PMDF;
- g) não possuir antecedentes criminais.

Por respeitar as normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 10.029/2000, não há notícias de contestação da Lei brasiliense.

4.1.3 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado de São Paulo

A Lei Federal nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, faculta aos Estados e ao Distrito Federal o estabelecimento de hipóteses para a prestação de serviços nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, desde que os prestadores desses serviços não o façam nas vias públicas, não portem armas ou tenham poder de polícia. Essa faculdade permitiu que muitos policiais-militares empregados em atividades administrativas pudessem ser deslocados para atividades de patrulhamento, a pé e motorizado, propiciando a melhoria do policiamento ostensivo no Estado.

Tudo devido à instituição do Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar de São Paulo, com período de um ano, prorrogável por mais um ano, desenvolvido para que jovens entre 18 e 23 anos pudessem ter seu primeiro emprego e desenvolver funções nas quais eram empregados policiais-militares de carreira.

Tais jovens puderam obter sua primeira renda, compatível com seu nível de atuação, sem criar vínculos empregatícios ou obrigações trabalhistas e previdenciárias, onerosas ao erário do Estado. Foi lhes proporcionado também ocupação e qualificação, evitando-se eventuais envolvimento em atividades antissociais, com significativa diminuição dos altos custos dos processos seletivos, da formação, dos treinamentos e especializações dos policiais-militares formalmente concursados para o cargo de Soldado PM.

Com os Soldados PM Temporários, desobrigaram-se os Soldados PM de carreira de atuarem em certas atividades, ocorrendo a prevalência da atividade-fim sobre a atividade-meio, sem perder continuidade administrativa.

A Polícia Militar paulista inscreveu, no ano de 2004, no Concurso ao Prêmio Mario Covas, um projeto a respeito da eficiência no uso dos recursos públicos estabelecendo um “Programa Permanente de Reestruturação Administrativa”.

O Prêmio Mário Covas é um concurso destinado a reconhecer e premiar, anualmente, as melhores práticas de gestão pública em nível estadual. Para concorrer ao prêmio, as iniciativas devem caracterizar-se por:

- a. promover mudanças na administração pública destinadas a aprimorar a qualidade dos serviços e assim elevar a satisfação dos cidadãos;
- b. ampliar a simplificação de processos de trabalho, com racionalização de regras e controles, orientados para a gestão de resultados de forma a melhorar a prestação dos serviços estaduais.

O Programa apresentado pela PMSP foi finalista na categoria “Inovação em Gestão Pública”, compreendendo atividades cujos objetivos e efeitos visam à implantação de práticas administrativas e/ou operacionais, com ou sem uso de tecnologias de informação e comunicação que, sendo originais e inovadoras, suplantam em eficiência e produtividade, melhorando práticas existentes e introduzindo práticas que venham a ser exemplo para novas evoluções.

A iniciativa da Polícia Militar de São Paulo teve por mister otimizar e racionalizar os recursos humanos em prol do melhoramento do desempenho operacional. Com a cooperação entre Secretarias de Estado, substituíram-se policiais-militares por Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária. Com o Serviço Auxiliar Voluntário na PM, desenvolvido para que jovens entre 18 e 23 anos pudessem exercer atividades nas quais eram empregados policiais de carreira, somados aos demais projetos de reestruturação administrativa (orgânica e funcional), obtiveram-se soluções que resultaram na liberação de mais de 9.000 policiais-militares para a atividade-fim.

O mote do Serviço Auxiliar Voluntário da PMSP não considerou somente o ponto de vista corporativo, mas também a parte do jovem que se candidata a voluntário. Nos dias atuais, diante da escalada dos índices de desemprego, os jovens aptos a entrar no mercado de trabalho estão sendo preteridos em razão da falta de experiência. O projeto, então, propiciou mais uma forma de profissionalização e redução do desemprego em nossa sociedade.

É sabido que a atividade policial-militar cultua princípios de civismo e de respeito aos direitos humanos, condição básica para formação de qualquer cidadão. Para tanto, foi desenvolvido currículo específico para eles, buscando abranger matérias como: Direitos Humanos, Direito Penal e Penal Militar, Direito Administrativo, Comunicação e Expressão, Educação Física (condicionamento físico e defesa pessoal), Organização Institucional, Educação Institucional (Princípios de Hierarquia e Disciplina, Deontologia e Histórico Policial Militar), Tiro Defensivo, Técnicas Administrativo-Operacionais (Pronto-Socorrismo, Telecomunicações, Princípios Básicos da Qualidade Total e Atendimento ao Público).

O Programa Permanente de Reestruturação Administrativa da PMSP visou racionalizar os recursos humanos em prol do melhoramento do seu desempenho operacional: a utilização de novos recursos tecnológicos avançados, a informatização de dados e informações e a aquisição de modernos equipamentos e viaturas. Mas, sem a reestruturação administrativa voltada ao componente humano, faria com que os processos produtivos da Polícia Militar tivessem, a médio e longo prazos, queda de eficiência no atendimento à sociedade paulista.

As análises estratégicas realizadas em 2002 e 2003 culminaram na conclusão de que a Polícia Militar de São Paulo não deveria crescer quantitativamente em efetivo nos próximos anos sendo melhor otimizar o efetivo existente. Tal conclusão implicou, a princípio, na manutenção dos recursos disponíveis e, num segundo momento, na intenção de aumentar sua produtividade e eficiência, melhorando cada vez mais a qualidade na prestação de seus serviços.

A partir daí, uma nova política de distribuição e preenchimento de efetivo foi desencadeada, criando-se o “Programa Permanente de Reestruturação Administrativa” no sentido de atender, com excelência, à grande demanda de segurança da população paulista.

Na mesma perspectiva, a Polícia Militar, responsável pela polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no território estadual, envidou esforços em outra linha de frente para completar seu efetivo, notadamente, o de Soldados PM, procurando atender à diversidade de atribuições que lhes são confiadas.

Algumas dessas atribuições, no entanto, não exigem para sua execução toda a formação profissional que é exigida de um Soldado PM de carreira, o qual necessita de um apurado preparo técnico-profissional para bem desempenhar suas atividades afetas ao policiamento ostensivo.

O enfoque dado pelo “Programa Permanente de Reestruturação Administrativa” abordou aspectos outros, que acabaram ultrapassando seus objetivos iniciais, tornando-se numa verdadeira reforma na gestão dos recursos humanos da Polícia Militar.

O processo, entretanto, não parou, na medida em que o Serviço Auxiliar Voluntário reforçou o processo de transferência máxima possível de efetivo para as atividades-fim da Polícia Militar, aquelas de policiamento ostensivo fardado nas ruas, atividades essas de cunho operacional, sem contudo desprover sua Administração.

Propiciou que seis mil jovens, entre 18 e 23 anos, pudessem ter sua primeira renda beneficiando toda a sociedade paulista, sem gerar os mesmos custos de contratações, formação e treinamento dos policiais-militares de carreira.

A inovação do “Programa Permanente de Reestruturação Administrativa” está na nova visão de gestão dos recursos humanos dentro da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Vislumbrou-se priorizar o público da “linha-de-frente”, afeto às atividades operacionais externas, com tal precedência, que o público administrativo interno foi submetido a uma grande reavaliação de seus processos produtivos. Ensejou-se a criação de Procedimentos Administrativos Padrão, que otimizam sobremaneira as atividades-meio, possibilitando que policiais-militares de carreira possam ser substituídos pelos Soldados PM Temporários, em funções proporcionais e coerentes as suas capacitações profissionais, sem os custos das vinculações empregatícias e trabalhistas.

Esta é uma das mais inovadoras propostas do Programa, pois de forma pioneira no Estado, e no Brasil, permitiu que a administração interna pudesse prescindir de parte de seu efetivo interno e, com sinergia e objetividade, substituí-lo, sem, no entanto, deixar de atender às suas necessidades ou perder a continuidade de suas missões.

Fica claro que a possibilidade de multiplicação do “Programa Permanente de Reestruturação Administrativa” tem relevância constante e permitiu a criação de outras Unidades, Companhias e Pelotões em áreas da Capital, Região Metropolitana de São Paulo e cidades do Interior.

Desenvolveram-se parcerias com outras entidades dos setores público e privado, com ênfase nas instituições estatais do Estado de São Paulo, pois abrangem, por meio de Termo de Cooperação, outras Secretarias de Estado e Prefeituras Municipais, considerando, entre outros, o Decreto nº 48.142, de 08 de

outubro de 2003, que autoriza a celebração de convênios entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e as Prefeituras paulistas, na implementação do Serviço Auxiliar Voluntário.

A relação custo-benefício tornou-se evidentemente vantajosa para a sociedade, pois todas as missões essenciais e imprescindíveis do Estado foram realizadas com economia de recursos, rapidez e excelência, mesmo diante de contingências emergenciais ou conjunturas político-econômicas desfavoráveis.

O sucesso do “Programa Permanente de Reestruturação Administrativa” se dá pelo arrojo e desprendimento em reformar estruturas, que precisam atender cada vez mais e melhor às necessidades de gestão mais moderna, econômica e otimizada.

A generosidade e o desafio dos jovens voluntários superaram todas as dificuldades, quer as da própria juventude, quer as da função que assumiram, porque nada melhor do que saber o que, para quem e por que se faz. A sinergia dentre os órgãos envolvidos também foi fator determinante para que se pudesse colher todas as informações necessárias aos projetos, viabilizando o programa.

Segundo São Paulo, Estado (2009), o Edital DP – 001/321/08 – SAV – XII dispõe que o ingresso na Polícia Militar do Estado se dá como Soldado PM Temporário, exigindo, dentre outros requisitos, que o candidato não seja beneficiário de qualquer outro programa assistencial e não tenha outro beneficiário do Serviço Auxiliar Voluntário no núcleo familiar.

Entre outros requisitos, para ingresso do candidato no Serviço Auxiliar Voluntário, pode-se citar:

- a) ser brasileiro(a);
- b) ser maior de dezoito e menor de vinte e três anos, apurado na data da inscrição;
- c) ter concluído o curso de ensino fundamental ou equivalente, comprovado por meio de documento expedido por estabelecimento de Ensino Oficial ou Particular, reconhecido pela legislação vigente;
- d) ter estatura mínima, descalço (a) e descoberto (a) de 1,65 m (masculino) e 1,60 m (feminino);
- e) ser reservista de 1ª ou 2ª categoria, dispensado de incorporação ou isento do Serviço Militar (masculino);

- f) ter boa saúde, comprovada mediante apresentação de atestado de saúde expedido por órgão de saúde pública ou particular;
- g) ter aptidão física, comprovada por testes físicos realizados na Polícia Militar;
- h) não possuir antecedentes criminais;
- i) estar em dia com as obrigações eleitorais e no pleno exercício dos direitos políticos, mediante apresentação de comprovante de votação ou Certidão expedida pela Justiça Eleitoral;
- j) estar em situação de desemprego;
- k) não ser beneficiário de qualquer outro programa assistencial;
- l) não haver outro beneficiário do Serviço Auxiliar Voluntário no núcleo familiar;
- m) ter decorrido, no mínimo, o período de 1 ano e 9 meses ininterruptos, contados da data da última matrícula, da prestação de Serviço Auxiliar Voluntário, para os (as) candidatos (as) que, na data da inscrição, estejam na condição de Sd. PM Temporário.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), em São Paulo, ajuizou ação civil pública contra a Fazenda Pública do Estado, a fim de regularizar a situação trabalhista de cerca de quatorze mil Soldados admitidos como "voluntários" pela Polícia Militar, no ano de 2006, sob a alegação de que estão presentes os requisitos da relação de emprego: subordinação, pessoalidade, não-eventualidade e onerosidade, só que com a supressão dos direitos sociais dos trabalhadores. A remuneração oferecida, chamada de auxílio-mensal, é de dois salários-mínimos.

4.1.4 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado do Pará

O serviço voluntário no Estado do Pará compreende a prestação voluntária de serviços de guarda de imóveis estaduais e de estabelecimentos prisionais e de serviços de guarda de quartéis da corporação, sendo o prestador de serviços denominado de Voluntário Policial Militar Temporário.

São estabelecidos como requisitos para o ingresso:

- a) ser brasileiro;
- b) maior de dezoito e menor de vinte e três anos, que exceda às necessidades de incorporação das Forças Armadas;
- c) reservista de 1ª categoria;
- d) é obrigatório que o jovem esteja estudando;
- e) ter concluído o curso de ensino fundamental ou equivalente, comprovado por meio de documento expedido por estabelecimento de Ensino Oficial ou Particular, reconhecido por lei vigente;
- f) ter estatura mínima, descalço e descoberto de 1,65 m;
- g) ter boa saúde, comprovada mediante apresentação de atestado de saúde expedido por órgão de saúde pública ou particular;
- h) ter aptidão física, comprovada por testes físicos realizados na Polícia Militar;
- i) não possuir antecedentes criminais;
- j) estar em dia com obrigações eleitorais e no pleno exercício dos direitos políticos, mediante apresentação de comprovante de votação ou Certidão expedida pela Justiça Eleitoral;
- k) não ser beneficiário de qualquer outro programa assistencial;
- l) ter decorrido, no mínimo, o período de um ano e nove meses ininterruptos, contados da data da última matrícula, da prestação de Serviço Auxiliar Voluntário, para os candidatos que, na data da inscrição, estejam na condição de Sd. PM Temporário.

A Lei Estadual nº 7.103/2008, do Estado do Pará, que instituiu o Serviço Auxiliar Voluntário no âmbito da Polícia Militar estadual, segundo a TV Justiça (2009), foi alvo de questionamento do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4059) ajuizada junto ao Supremo Tribunal Federal, tendo como relator o ministro Gilmar Mendes.

Assim como na lei goiana, há previsão de contratação, por tempo determinado, de voluntários para desempenhar atividades de guarda de imóveis estaduais, guarda de estabelecimentos prisionais e guarda de quartéis da Corporação, em flagrante desrespeito à Lei Federal nº 10.029/2000, pois conforme o art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, tratando-se

de atividade-fim, que não pode ser exercida senão por servidor público efetivo ou militar de carreira.

A ADI pediu a concessão de medida cautelar para suspender a norma e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade da Lei 7.103/2008, do Pará. Entretanto, o STF indeferiu a liminar, mantendo a eficácia da lei paraense até o julgamento do mérito.

4.1.5 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado de Roraima

As condições da lei roraimense são similares às demais congêneres estaduais, diferenciando-se pela previsão de estabelecer idade máxima de 35 anos e a condição de reservista de 1ª categoria das Forças Armadas para ingresso, o que afronta a Lei Federal nº 10.029/2000, que prevê uma idade máxima de 23 anos para o ingresso no serviço, assim como permite a entrada a todos que excederem as necessidades de incorporação das Forças Armadas.

Os requisitos para ingresso do candidato no serviço são:

- a) se homem, ser maior de 18 anos e menor de 35 anos;
- b) ser reservista de 1ª categoria das Forças Armadas;
- c) se mulher, estar na mesma faixa etária a que se refere o inciso anterior;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) ter concluído o ensino fundamental;
- f) ter boa saúde, comprovada mediante apresentação de atestado de saúde expedido por órgão de saúde pública ou realização de exame médico e odontológico na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar, a critério destes;
- g) ter aptidão física, comprovada por testes realizados na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar;
- h) não ter antecedentes criminais, situação comprovada mediante a apresentação de certidões expedidas pelos órgãos policiais e judiciários estaduais e federais, sem prejuízo de investigação social realizada pela Polícia Militar ou pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- i) estar em situação de desemprego;

- j) não ser beneficiário de qualquer outro programa assistencial;
- k) não haver outro beneficiário do Serviço Auxiliar Voluntário no seu núcleo familiar.

A Procuradoria-Geral da República ingressou, no Supremo Tribunal Federal, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3774) contra os incisos I e II do artigo 5º, da Lei Estadual nº 430/2004, pedindo, liminarmente, a suspensão da eficácia dos dispositivos, por entender que há uma afronta à competência da União para legislar sobre normas gerais relativas às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, previstas na Constituição Federal.

A liminar foi indeferida, por maioria de votos, que divergiu do voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa, acompanhando-se o entendimento da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, que externou sua dúvida se a fixação da idade é uma norma geral, conforme previsão do artigo 22, inciso XXI da Constituição Federal, em que compete à União, privativamente, legislar sobre normas gerais de organização.

Da dúvida da Ministra podem-se extrair os pontos de divergência:

Só se admite idade para concursos públicos quando houver razoabilidade no sentido do Rui Barbosa, isto é, razão de ser da norma. [...]
Por que 23 e não 35 ou 30 anos? [...] Todos os concursos que acompanhei, ainda na condição de advogada, sempre houve problema porque critérios são cortados sem uma explicação da razão de ser. [...]
Tenho pra mim, portanto, que se trata aqui de um serviço específico cujas normas gerais são fixadas em norma nacional e aquilo que foi especial transforma-se em norma federal dentro desse diploma, que no caso da União é a Lei 10.029/00. (PERNAMBUCO. Procuradoria Geral do Estado, 2009)

Avaliada a liminar, o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade não tem previsão de data para ser julgada no Plenário do Supremo Tribunal Federal.

4.1.6 O Serviço Auxiliar Voluntário no Estado do Rio Grande do Sul

Os candidatos selecionados e contratados como Soldado PM Temporário vinculam-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral da Previdência Social, sujeitando-se, no que couber, às normas aplicáveis aos integrantes da Brigada Militar.

A contratação será pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogada no máximo uma vez, pelo período de um ano.

Os requisitos para ingresso do candidato à prestação voluntária no serviço da Brigada Militar são:

- a) ser brasileiro;
- b) possuir ilibada conduta pública e privada;
- c) ter concluído o serviço militar obrigatório das Forças Armadas, até 3 (três) anos antes da data de abertura das inscrições ao processo seletivo;
- d) ter sido licenciado no mínimo no comportamento Bom;
- e) não ter sido punido pela prática de falta grave na forma do regulamento disciplinar da Força a que servia;
- f) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- g) ter concluído o ensino fundamental;
- h) possuir Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª categoria ou Certificado de Situação Militar, se Oficial R2;
- i) não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função Policial Militar;
- j) não estar respondendo a processo criminal.

4.1.7 Quadro Comparativo dos Serviços Auxiliares Voluntários

Requisitos	Unidade Federativa					
	Goiás	São Paulo	Distrito Federal	Pará	Roraima	Rio Grande do Sul
Denominação	Sd. PM Temporário	Sd. PM Temporário	Voluntário	Voluntário Policial Militar Temporário	Sd. PM Temporário	Sd. PM Temporário
Natureza	Militar	Militar	Civil	Militar	Militar	Militar
Escolaridade	Ensino médio	Ensino fundamental	Ensino fundamental	Ensino fundamental	Ensino fundamental	Ensino fundamental
Idade	18 a 27 anos	18 a 23 anos	18 a 23 anos	18 a 23 anos	18 a 35 anos	1 ano após o serviço militar inicial
Prazo	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	2 anos
Prorrogação	2 anos	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Exercício do Poder de Polícia	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Reservista de 1ª Classe	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Remuneração	2 Salários-Mínimos	2 Salários-Mínimos	2 Salários-Mínimos	2 Salários-Mínimos	1 Salário-Mínimo	75% do salário inicial do Soldado de carreira

QUADRO 1 – COMPARATIVO DOS SERVIÇOS AUXILIARES VOLUNTÁRIOS EM SEIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

FONTE: O autor (2009)

4.2 QUESTIONÁRIO

Tomando por referência a base teórica estudada e considerando o conhecimento empírico a respeito do assunto, extraído da vivência diária do contato pessoal com a tropa por meio do exercício das atividades de Oficial-de-Área de Curitiba e Região Metropolitana, foram escolhidos como público-alvo os Comandantes de Organizações Bombeiros-Militares (seis Grupamentos de Bombeiros e dois Subgrupamentos de Bombeiros Independentes), que foram arguidos sobre a Lei Federal nº 10.029/2000, em termos de possibilidade de aplicação nas OBMs que comandam e a forma como veriam tal aplicação.

Dentro do proposto, elaboraram-se questões abertas e fechadas, objetivando extrair o máximo de informações da amostra.

As questões fechadas versam sobre o conhecimento da existência da Lei Federal nº 10.029/2000, que regula o serviço voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e sua aplicabilidade em Corpos de Bombeiros Militares coirmãos. Buscou também graduar a percepção do grau de importância que o Comandante tem, a respeito do emprego do voluntário como Soldado de 3ª Classe para cumprir tarefas internas nas Unidades Operacionais, durante o período de dois anos. Também foi avaliada a exequibilidade da liberação de efetivo pelo dispositivo que se busca implantar na Corporação e o adequado período de formação para o Soldado Temporário, com a estipulação de condições para o ingresso. Durante a prestação do serviço verificou a possibilidade de serem proporcionados minicursos com vistas a prepará-lo para o mercado de trabalho.

As questões abertas foram formuladas buscando a opinião dos Comandantes de OBM a respeito de quais atividades internas poderiam ser desenvolvidas pelo voluntário, como também do período ideal de sua formação e adaptação à atividade interna, considerando o tempo total de emprego do voluntário, bem como indicar os minicursos que poderiam ser ministrados.

O modelo do questionário enviado aos Comandantes de Unidades Operacionais encontra-se no Apêndice.

Foi enviado questionário a oito OBMs, sendo que os oito Comandantes responderam, obtendo-se, portanto, 100% de retorno do material enviado.

Analisando-se as respostas obtidas, pode-se concluir:

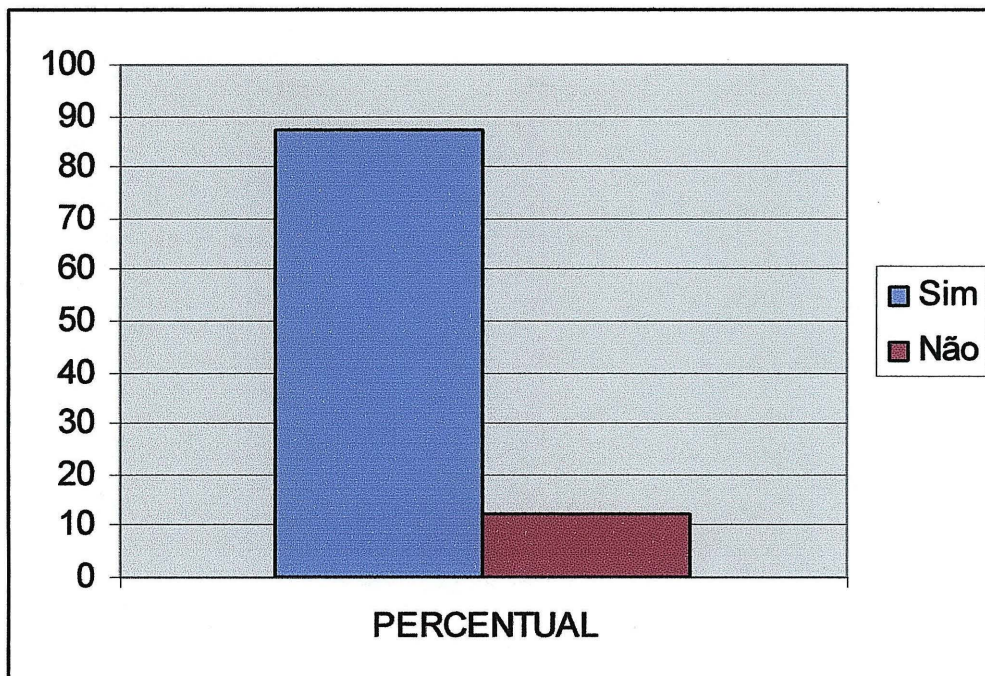
Na questão nº 01, acerca do conhecimento da existência da Lei Federal nº 10.029/2000 pelos Comandantes de OBMs, verificou-se que o tema é de conhecimento da maioria do público-alvo, como pode ser observado na TABELA 7 e no GRÁFICO 6 a seguir:

TABELA 7 - CONHECIMENTO ACERCA DA EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000, PELOS COMANDANTES DE OBMS

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	07	87,5
Não	01	12,5

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 6 - CONHECIMENTO ACERCA DA EXISTÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000, PELOS COMANDANTES DE OBMS



FONTE: O autor (2009)

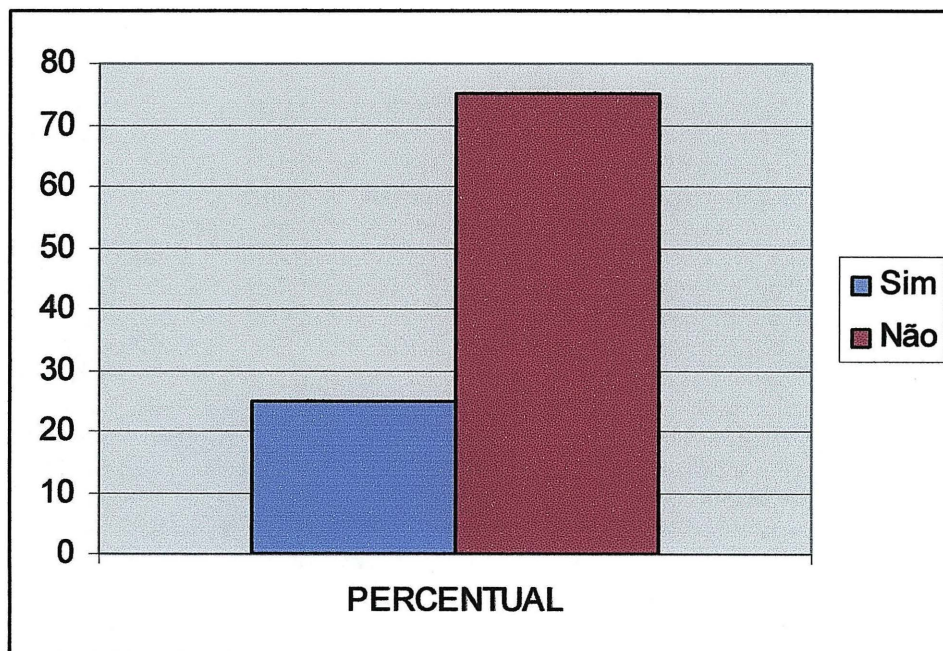
A questão de nº 02 versou sobre o conhecimento da aplicação da Lei Federal nº 10.029/2000 em outros Estados. Em confronto com a primeira questão, verifica-se que apesar do conhecimento quase que integral dos Comandantes de OBM acerca da sua existência, não há percepção de como se desenvolve o Serviço Auxiliar Voluntário em outras Unidades da Federação, conforme ilustrado na TABELA 8 e no GRÁFICO 7. A fórmula é conhecida, mas sua aplicação não, o que demonstra um campo de atuação aberto para proposição de projetos na área.

TABELA 8 - CONHECIMENTO ACERCA DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.029/2000 EM OUTROS ESTADOS

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	02	25
Não	06	75

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 7 - CONHECIMENTO ACERCA DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.029/2000 EM OUTROS ESTADOS



FONTE: O autor (2009)

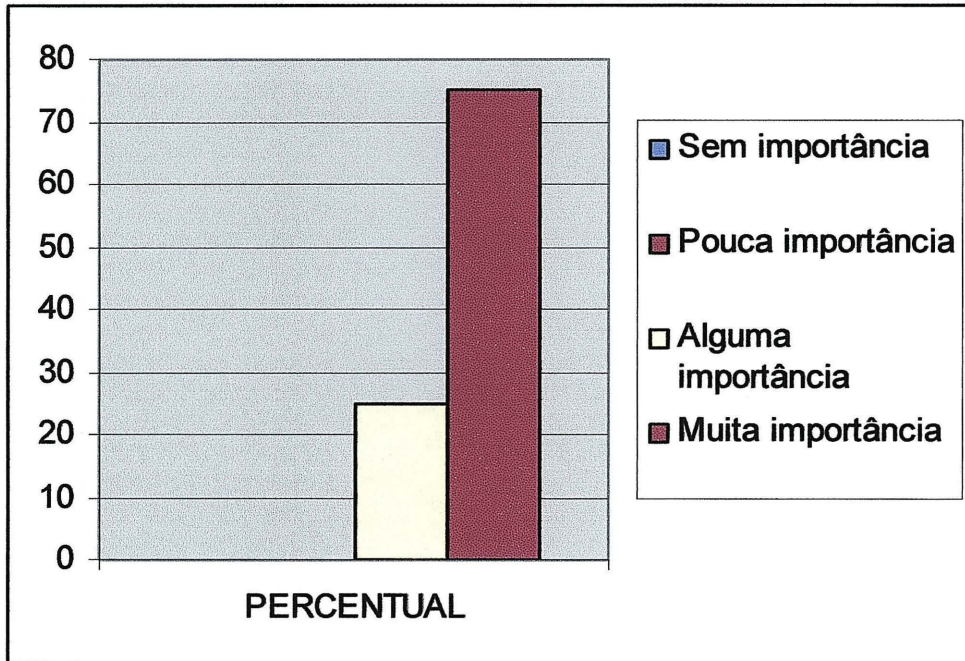
A questão de nº 03 aborda a relevância da aplicação da Lei Federal nº 10.029/2.000 no Corpo de Bombeiros, obtendo-se como principal resultado o reconhecimento da importância da matéria, numa escala entre moderada e elevada, exibido na TABELA 9 e no GRÁFICO 8.

TABELA 9 – RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000 NO CB

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sem importância	00	00
Pouca importância	00	00
Alguma importância	02	25
Muita importância	06	75

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 8 – RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.029/2000 NO CB



FONTE: O autor (2009)

A questão de nº 04 foi lançada de forma aberta, a respeito de atividades passíveis de desenvolvimento por voluntários, no Corpo de Bombeiros, obtendo como resultado a prevalência da escolha de atividades de cunho administrativo, como digitador, telefonista, almoxarife, auxiliar de manutenção, entre outras (TABELA 10 e GRÁFICO 9).

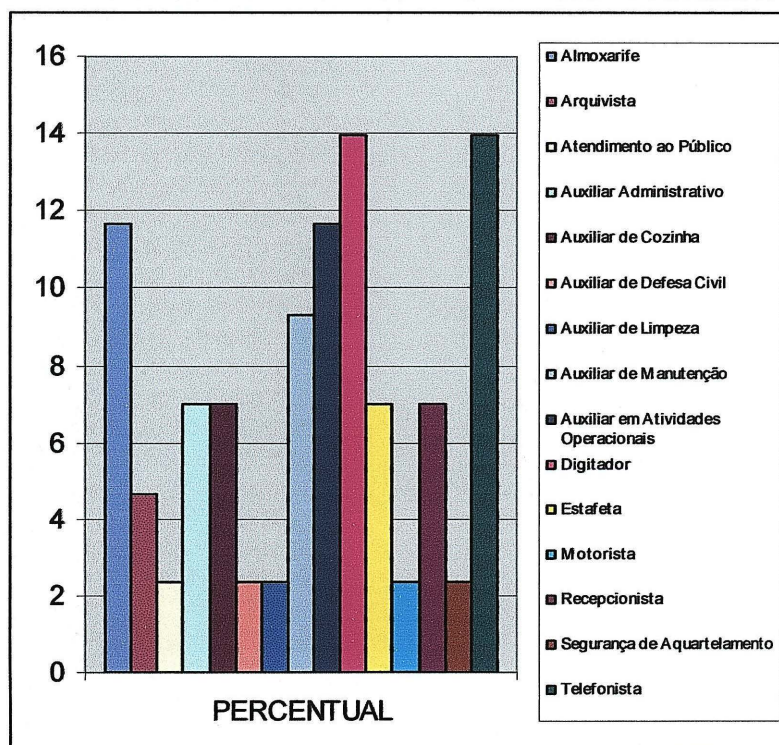
Entretanto, percebe-se a intenção de que os voluntários também sejam empregados como auxiliares em atividades operacionais, o que não se afina com a filosofia da Lei Federal nº 10.029/2000, que prevê somente a prestação voluntária em serviços administrativos, auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares. Entende-se que tal constatação se deve à ânsia, por parte dos Comandantes, de querer reforçar a atividade operacional. Todavia, com o devido cuidado, não é aconselhável que se extrapolem os limites impostos pela Lei Federal.

TABELA 10 - ATIVIDADES PASSÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO POR VOLUNTÁRIOS NO CB

ATIVIDADES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Almoxarife	5	11,63
Arquivista	2	4,65
Atendimento ao Público	1	2,33
Auxiliar Administrativo	3	6,98
Auxiliar de Cozinha	3	6,98
Auxiliar de Defesa Civil	1	2,33
Auxiliar de Limpeza	1	2,33
Auxiliar de Manutenção	4	9,30
Auxiliar em Atividades Operacionais	5	11,63
Digitador	6	13,95
Estafeta	1	6,98
Motorista	1	2,33
Recepcionista	3	6,98
Segurança de Aquartelamento	1	2,33
Telefonista	6	13,95

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 9 - ATIVIDADES PASSÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO POR VOLUNTÁRIOS NO CB



FONTE: O autor (2009)

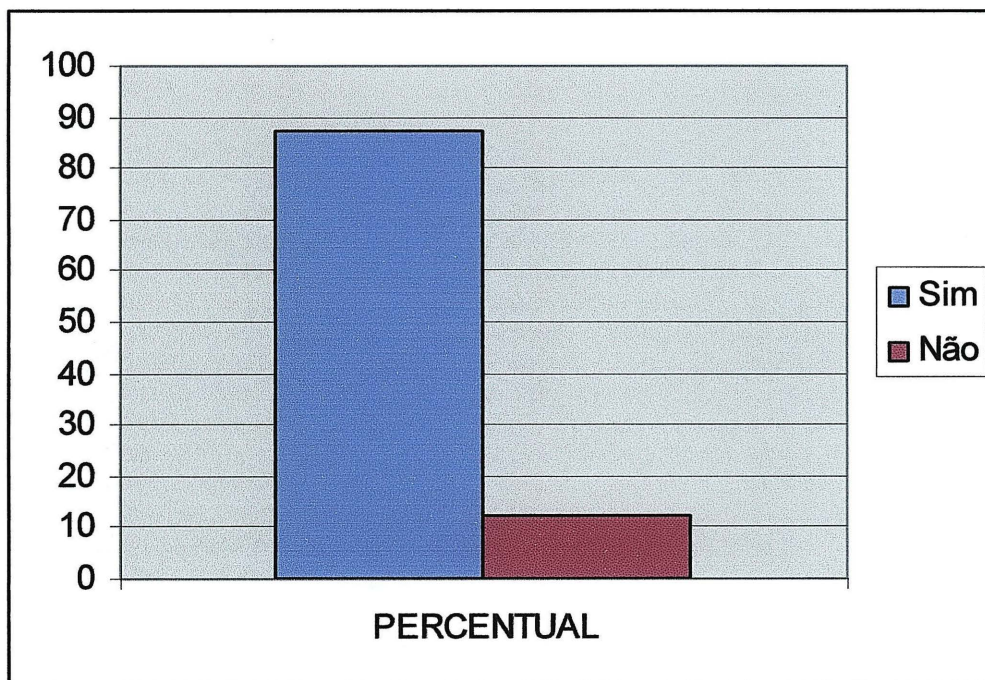
Na questão nº 05, buscou-se medir a percepção a respeito da possibilidade de liberação de bombeiros-militares das atividades-meio da Corporação para a atividade-fim, em função do recrutamento de voluntários, observando-se que quase a totalidade das respostas é afirmativa, o que denota a importância do modelo, objeto do estudo (TABELA 11 e GRÁFICO 10).

TABELA 11 – PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À LIBERAÇÃO DE EFETIVO OPERACIONAL

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	07	87,5
Não	01	12,5

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 10 - PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À LIBERAÇÃO DE EFETIVO OPERACIONAL



FONTE: O autor (2009)

A questão nº 06 versou sobre o período de formação de três meses para os voluntários, recebendo a qualificação como suficiente em 62,5% das respostas, conforme pode ser observado na TABELA 12 e no GRÁFICO 11.

Da análise quantitativa que se pode fazer, houve praticamente um empate técnico a respeito da suficiência/insuficiência do período de três meses para formação, pois como a amostra é de oito Comandantes e sendo quatro a

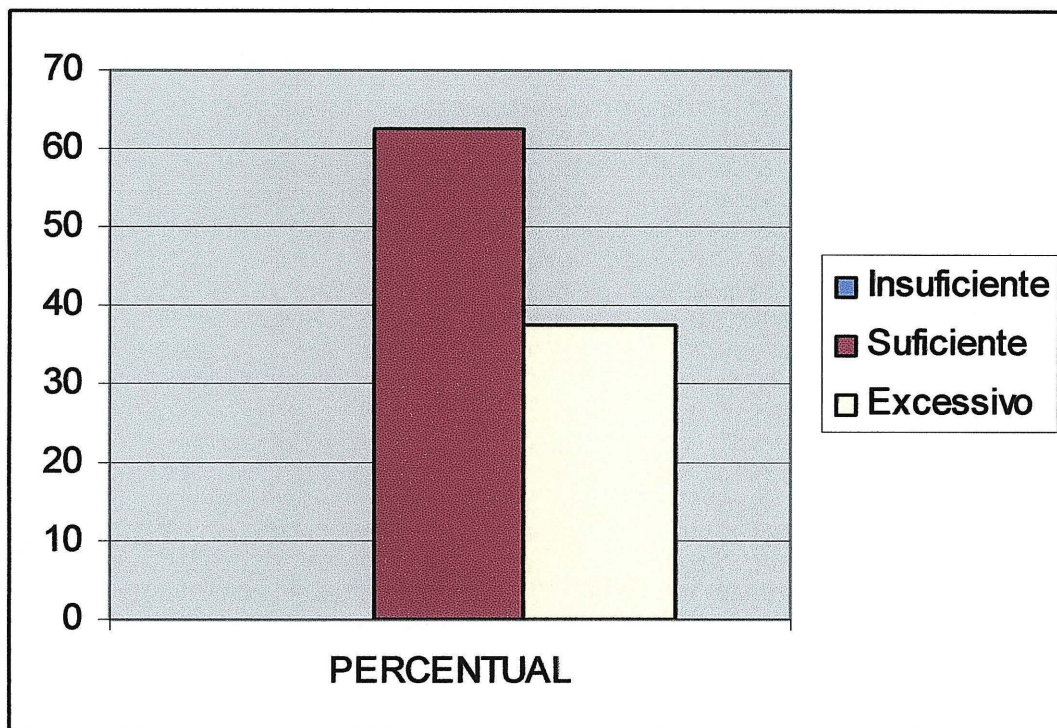
representação de 50%, apenas por uma resposta é que não se equilibraram as porcentagens, o que demonstrou que é necessário ponderar a respeito de um período menor de formação dos voluntários.

TABELA 12 – PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO AO PERÍODO DE TRÊS MESES, DESTINADO À FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Insuficiente	00	00
Suficiente	05	62,5
Excessivo	03	37,5

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 11 - PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO AO PERÍODO DE TRÊS MESES, DESTINADO À FORMAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS



FONTE: O autor (2009)

A questão nº 07 é ligada à de nº 06, envolvendo as respostas discordantes dos Comandantes de OBM relativas à questão anterior, a respeito do período de formação ideal dos voluntários, chegando-se a um período de formação ideal de oito semanas, ou dois meses, aproximadamente. Percebe-se a necessidade de otimização do tempo de formação com vistas a ampliar em pelo menos um mês a disponibilidade de tempo para prestação do serviço. Apesar de ter que refletir

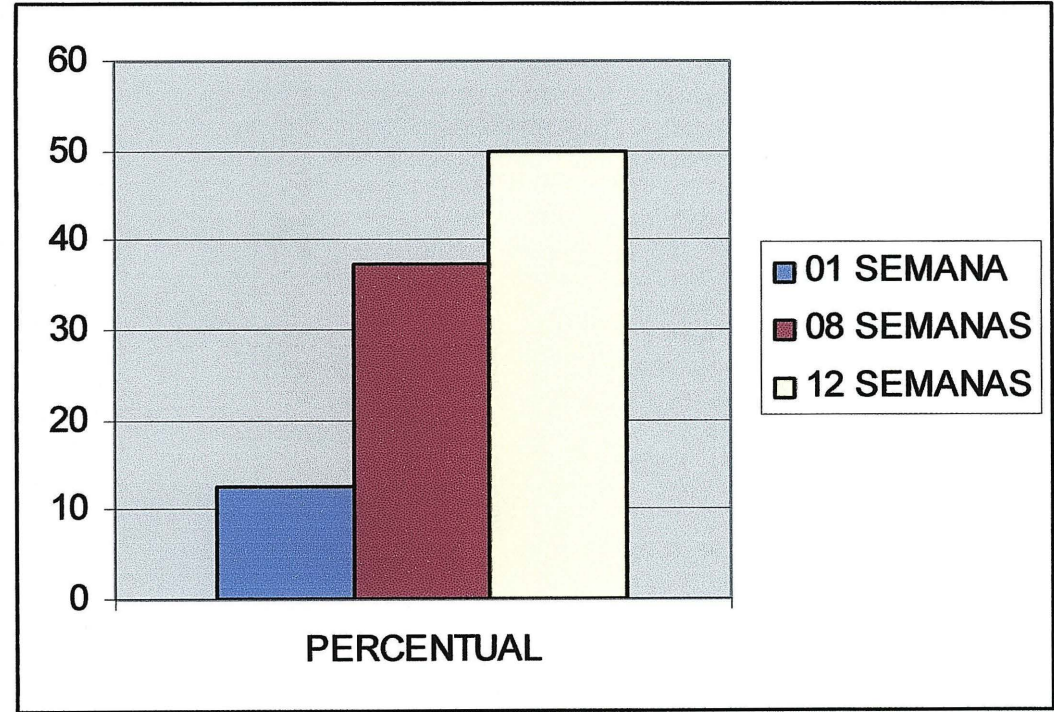
necessariamente uma amostra da percepção de três Comandantes, obtiveram-se quatro respostas, sendo que a discordante estipulou um período de formação ideal de uma semana, o que pelo desvio-padrão considera-se como desprezível, em função do conjunto de respostas apontado (TABELA 13 e GRÁFICO 12).

TABELA 13 – PERÍODO DE FORMAÇÃO IDEAL DO VOLUNTÁRIO, SEGUNDO OS COMANDANTES DE OBMS

PERÍODO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
01 SEMANA	01	12,5
08 SEMANAS	03	37,5
12 SEMANAS	04	50

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 12 - PERÍODO DE FORMAÇÃO IDEAL DO VOLUNTÁRIO, SEGUNDO OS COMANDANTES DE OBMS



FONTE: O autor (2009)

A questão nº 08 diz respeito à obrigatoriedade da comprovação da condição de reservista de primeira classe, para ingresso como voluntário, classificando-a como excludente ou suficiente, em relação à oferta de vagas para aqueles que não prestaram serviço militar inicial. Entenderam, a maioria dos Comandantes, que a atribuição de tal requisito é excludente, conforme TABELA 14 e GRÁFICO 13. O

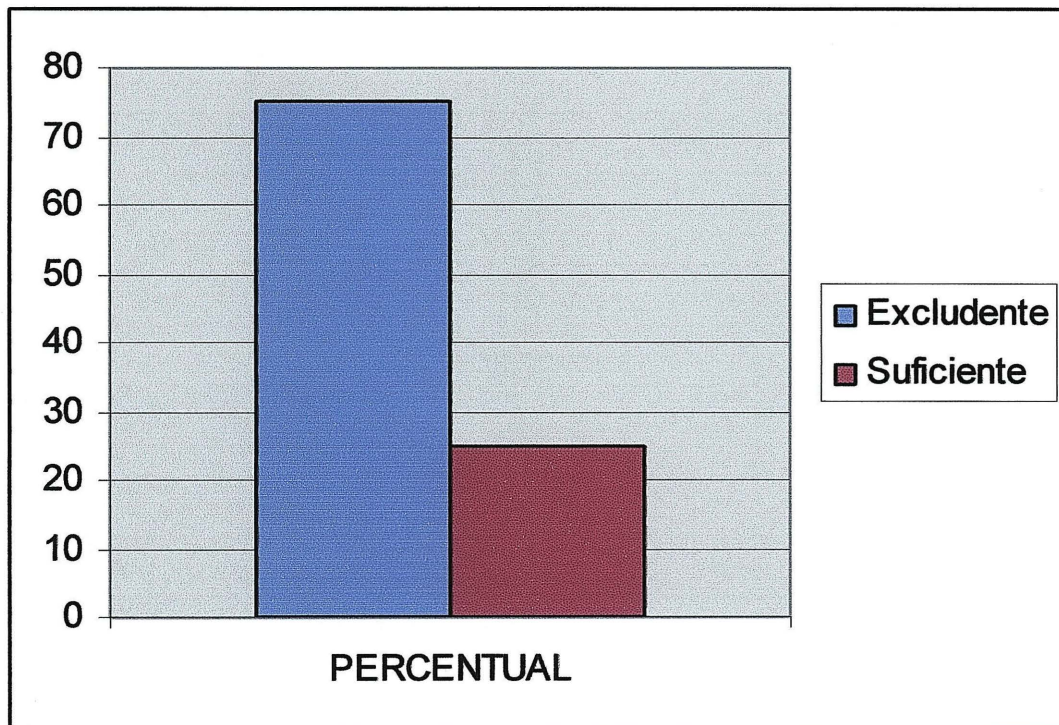
objetivo principal da questão foi avaliar a aprovação dos Comandantes, em relação à condição estipulada, com vistas a diminuir o período de formação do voluntário, já que o candidato selecionado teria formação militar, sendo necessária apenas uma adaptação, em prazo muito menor. Todavia, o efeito adverso trazido seria a limitação do número de candidatos que estariam aptos para cumprir o requisito, enquadrando-se somente aqueles que fossem reservistas de primeira classe, ou seja, quem efetivamente prestou serviço militar inicial às Forças Armadas.

TABELA 14 – OBRIGATORIEDADE DA CONDIÇÃO DE RESERVISTA DE PRIMEIRA CLASSE, PARA INGRESSO COMO VOLUNTÁRIO

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Excludente	06	75
Suficiente	02	25

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 13 - OBRIGATORIEDADE DA CONDIÇÃO DE RESERVISTA DE PRIMEIRA CLASSE, PARA INGRESSO COMO VOLUNTÁRIO



FONTE: O autor (2009)

A questão nº 09 trata da percepção dos Comandantes de OBMs quanto à possibilidade de oferta de cursos ao voluntário para preparação ao mercado de trabalho após término do Serviço Auxiliar Voluntário (TABELA 15 e GRÁFICO 14), sendo a maioria do público-alvo favorável à ministração deles. O objetivo aqui seria,

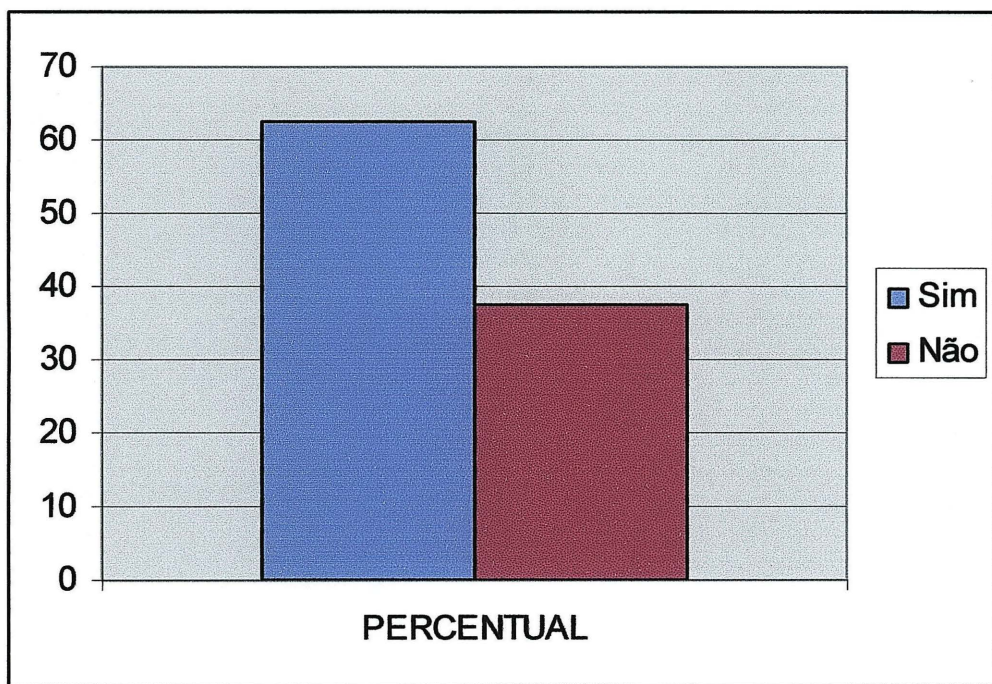
além da experiência proporcionada pelo voluntariado, preparar o jovem para inserção no mercado de trabalho, por meio de cursos ofertados no Corpo de Bombeiros, durante o período de serviço.

TABELA 15 – PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À POSSIBILIDADE DE OFERTAR CURSOS AOS VOLUNTÁRIOS, PARA INSERI-LOS NO MERCADO DE TRABALHO

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Sim	05	62,5
Não	03	37,5

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 14 - PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS QUANTO À POSSIBILIDADE DE OFERTAR CURSOS AOS VOLUNTÁRIOS, PARA INSERI-LOS NO MERCADO DE TRABALHO



FONTE: O autor (2009)

A questão nº 10, lançada de forma aberta, tem a função de complementar a questão anterior para aqueles Comandantes que a responderam afirmativamente, relacionando os cursos passíveis de oferta aos voluntários, obtendo-se como resposta, conforme pode ser observado na TABELA 16 e no GRÁFICO 15, cursos da área operacional de bombeiros como: Agente de Socorros de Urgência e/ou Socorrista, Noções de Prevenção e Combate a Incêndios, Guarda-Vidas e Curso Operacional de Defesa Civil. Da área administrativa foram citados cursos de Digitação, Almoxarifado e Controle de Estoques, Auxiliar Administrativo e Condutor

de Viaturas. Os cursos operacionais, como citado por alguns Comandantes, visam à preparação e capacitação do jovem para desempenhar a profissão de brigadista ou de bombeiro civil.

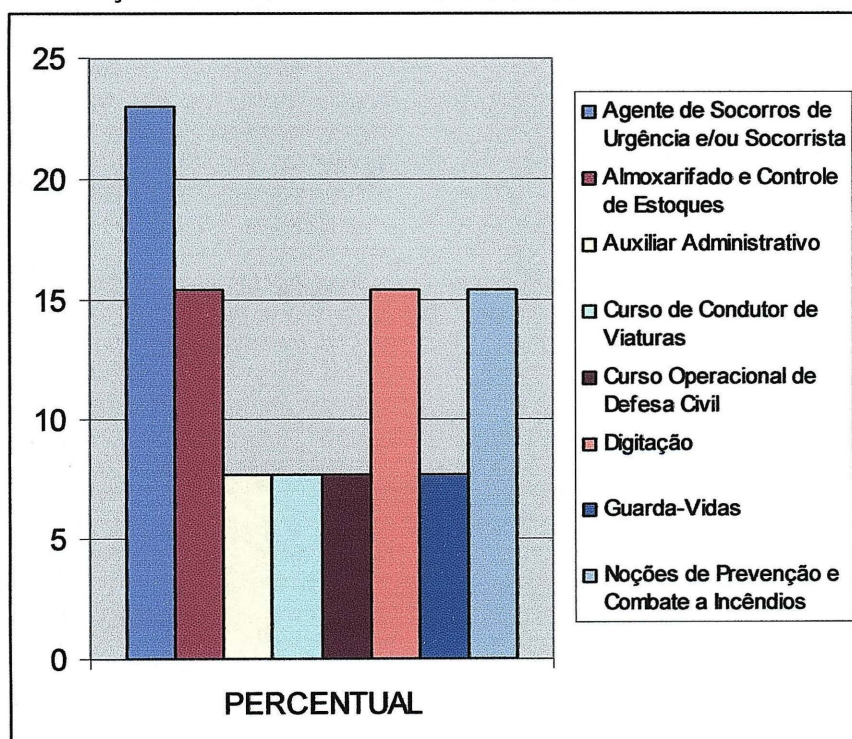
Os cursos administrativos versam sobre o desenvolvimento de habilidades para garantir a atuação em qualquer empresa que não desenvolva necessariamente atividades de bombeiro.

TABELA 16 – CURSOS PASSÍVEIS DE OFERTA AOS VOLUNTÁRIOS, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS

CURSO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Agente de Socorros de Urgência e/ou Socorrista	3	23
Almoxarifado e Controle de Estoques	2	15,38
Auxiliar Administrativo	1	7,69
Curso de Condutor de Viaturas	1	7,69
Curso Operacional de Defesa Civil	1	7,69
Digitação	2	15,38
Guarda-Vidas	1	7,69
Noções de Prevenção e Combate a Incêndios	2	15,38

FONTE: O autor (2009)

GRÁFICO 15 - CURSOS PASSÍVEIS DE OFERTA AOS VOLUNTÁRIOS, SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE OBMS



FONTE: O autor (2009)

5 CONCLUSÃO

Desde sua edição, a Lei Federal nº 10.029/2000 orientou a elaboração de leis nos Estados e no Distrito Federal a respeito da prestação voluntária de serviços administrativos, auxiliares de saúde e de defesa civil, nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares. Onze Estados, mais o Distrito Federal, conforme levantamento de dados efetuado, possuem o modelo em pleno funcionamento e outros três Estados tramitam por suas casas legislativas proposições semelhantes.

Apesar de tardia a iniciativa, pois já se passaram quase nove anos desde a entrada em vigor da Lei Federal nº 10.029/2000, a Polícia Militar do Paraná apresentou um anteprojeto de lei sobre a matéria, que hoje tramita pelos órgãos da Administração estadual, buscando aprovação do Governo do Estado, para que, após o processo legislativo e a respectiva sanção, venha a se tornar lei.

O anteprojeto apresentado pela PMPR não difere muito de seus congêneres estaduais, em harmonia com o que existe de mais moderno no país, em termos legislativos. Prima pela prudência seguindo fielmente a matriz estabelecida pela lei federal, evitando confrontos jurídicos, como é o caso dos Estados de Goiás e Roraima, em que são questionados dispositivos como a idade limite, o exercício de poder de polícia para o prestador dos serviços e o tempo máximo de permanência no SAV.

O paradigma dos Serviços Auxiliares Voluntários é o da Polícia Militar de São Paulo, razão pela qual foi o mais explorado na presente monografia. O único senão que pesa contra ele é a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, em razão de que, no entendimento do *parquet*, estão presentes os requisitos da relação de emprego: subordinação, pessoalidade, não-eventualidade e onerosidade, mas com a supressão dos direitos sociais dos trabalhadores.

A PMSP mostra efetivamente como, em 2004, por meio de um ambicioso programa de reforma administrativa, conseguiu otimizar seu efetivo para aplicação na atividade operacional, tendo o voluntariado como uma das vigas mestras do sucesso da iniciativa.

O SAV, nos Estados de Goiás, Pará, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo tem natureza militar, incluindo, de alguma forma, o voluntário na base da escala hierárquica das Corporações. Destoa da tendência o Distrito Federal, cujo

voluntário é civil e o exercício das atividades por ele, em nenhum momento, utiliza uniforme que o identifique como policial ou bombeiro. É medida de bom alvitre, pois não possui a investidura própria dos agentes públicos concursados que labutam nas missões policiais-militares e bombeiros-militares, evitando acidentes desnecessários e protegendo-o das ações que poderiam ser intentadas por criminosos contra sua pessoa, em razão de possível confusão com um PM ou BM efetivo.

O Corpo de Bombeiros do Paraná experimentou, desde o ano de 2003, um significativo encolhimento, que deu ao seu efetivo o atual perfil, com mais de 20% de defasagem entre o previsto e o existente. A população paranaense também cresceu, assim como a demanda por serviços de Bombeiro e os números que expressam tais grandezas são inversamente proporcionais à inclusão de novos profissionais. Com uma previsão média de 105 exclusões por ano e sem a inclusão de número considerável de bombeiros-militares, uma das alternativas apontadas para a Corporação é o Serviço Auxiliar Voluntário.

A Polícia Militar do Paraná está atuando no convencimento das autoridades públicas a respeito da importância do SAV. O modelo apresentado atende a filosofia da Lei Federal nº 10.029/2000, cabendo talvez um único reparo quanto à natureza militar do serviço, pois como não são militares de carreira, não se garante a estabilidade, nem o exercício pleno das funções, razão pela qual o modelo do Distrito Federal é o que melhor se adapta à linha do voluntariado.

O anteprojeto paranaense busca não somente a desoneração de efetivo, mas dar alcance e visibilidade da responsabilidade social da instituição. Tal conceito de responsabilidade social é visto comumente aplicado nas empresas da iniciativa privada. Contudo, o Estado pode fazer mais do que simplesmente suas obrigações constitucionais. É nesse mote que se justifica o SAV na Polícia Militar do Paraná.

Com o processo em andamento, baseado num modelo moderno e já aplicado em outros Estados, buscou-se averiguar qual seria sua aceitabilidade interna no CB. Para tanto, por meio da utilização de um questionário, foram feitas dez perguntas, baseadas na Lei Federal nº 10.029/2000, aos Comandantes de OBMs, num público-alvo de oito pessoas (6 GBs e 2 SGBIs).

As respostas evidenciaram que os Comandantes já tiveram notícia da Lei Federal, mas desconhecem como se processa o seu desenvolvimento em Corporações coirmãs. O assunto foi reconhecido como de relevância e uma boa oportunidade para liberar efetivo das atividades burocráticas para a operacional.

Algumas atividades que poderiam ser desempenhadas pelos voluntários foram listadas pelos Comandantes: almoxarife, arquivista, atendimento ao público, auxiliar administrativo, auxiliar de cozinha, auxiliar de defesa civil, auxiliar de limpeza, auxiliar de manutenção, auxiliar em atividades operacionais, digitador, estafeta, motorista, recepcionista, segurança de aquartelamento e telefonista.

O rol de atividades envolve tanto atividades administrativas quanto operacionais. No entanto, estas últimas não devem extrapolar os limites da Lei Federal nº 10.029/2000, sendo obrigatório que estejam dentre as atribuições relativas aos serviços auxiliares de defesa civil.

O anteprojeto apresentado pela PMPR também elenca atividades passíveis de desenvolvimento pelos voluntários: digitador, recepcionista, cozinheiro, protocolista, arquivista, telefonista, garçom, rancheiro e serviços de obras e de intendência. Algumas atividades se repetem, outras complementam o rol, mas considerando o conjunto, são atividades possíveis de empregar voluntários.

Por sua aceitabilidade interna, pela necessidade da Corporação e pela demonstração da responsabilidade social da instituição, o Serviço Auxiliar Voluntário é um modelo plenamente adaptável ao Corpo de Bombeiros, que pode otimizar os caros e poucos recursos humanos, atendendo a necessidade de ingresso do jovem no mercado de trabalho, com vistas a alcançar o primeiro emprego.

Com o cuidado de não cometer abusos ou desvios na aplicação do voluntário, o Corpo de Bombeiros terá a oportunidade de influir positivamente na vida de jovens, credenciando-os para o exercício de profissões e ampliando a possibilidade de serem aceitos em empresas de micro, pequeno, médio ou grande porte. Tudo somado à credibilidade da Corporação, que emprestará o aval necessário para a aceitação em um primeiro emprego, pois as marcas deixadas pela instituição nos voluntários serão os próprios valores militares, como patriotismo, civismo, hierarquia, disciplina, profissionalismo, lealdade, constância, espírito de corpo, honra, dignidade honestidade e coragem.

Não se deve olvidar que o valor social da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros, perante a sociedade, será demonstrado não unicamente por suas operações policiais ou bombeiro-militares, mas pela excelência do treinamento fornecido aos jovens cidadãos, funcionando como um marketing positivo, que certamente gravará indelevelmente o nome das instituições na vida dos voluntários, garantindo o respeito e a integração com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei n. 1.375, de 02 de março de 2001. Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Acre. **Diário Oficial [do] Estado**, Rio Branco, AC, 12 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.ccjr.ac.gov.br/leisordinarias/2001/Lei1375.doc>>. Acesso em: 12/5/2009.

ALAGOAS. Lei n. 6.451, de 7 de janeiro de 2004. Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Acre. **Diário Oficial [do] Estado**, Maceió, AL, 08 jan. 2004. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/busca-avancada/index_html?b_start:int=580&type:list=lei%20complementar&type:list=lei%20ordinaria&type:list=lei%20delegada>. Acesso em: 12/5/2009.

BARROS, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2008.

BENTO, J. A. **Histórico do CBMRN**. Disponível em: <<http://www.cbm.rn.gov.br/historico.asp>>. Acesso em: 01/05/2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 12/1/2009.

_____. Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000. Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 out. 2000. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 12/1/2009.

_____. Procuradoria Geral da República. Secretaria de Comunicação Social. **ADI Questiona o Serviço Auxiliar Voluntário de Goiás**. Disponível em: <<http://www2.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/constitucional/adi-questiona-servico-auxiliar-voluntario-de-goias-20051108/>>. Acesso em: 20/03/2009.

_____. Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. Assessoria de Comunicação. **MPT quer regularizar 14 mil PMs “voluntários” em SP**. Disponível em: <http://www.prt2.mpt.gov.br/imprensa/noticia_detalhe.php?seq=59>. Acesso em: 02/05/2009.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentoID=%7B90317E3B-A9C1-47A6-97C8->>

13F1A7BFEBAA0%7D&ServiceInstUID=%7BB78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745%7D>. Acesso em: 02/05/2009.

CEARÁ. Lei n. 13.326, de 15 de julho de 2003. Institui a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil na Polícia Militar do Ceará e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Fortaleza, CE, 18 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2003/13326.htm>>. Acesso em: 12/5/2009.

COHEN, N. E. (Org.). **O Papel do Voluntário na Sociedade Moderna**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1960.

CORTIANO JUNIOR, E. Polícia Militar. Anteprojeto de leis. Serviço Voluntário da Polícia Militar. Corpos de Militares Estaduais Inativos Voluntários. **Parecer n. 482/2003-PGE**. Curitiba, 2003.

_____. Serviço Voluntário da Polícia Militar. Anteprojeto de lei. Serviço Voluntário das Polícias Civil e Militar. Lei Estadual n. 14.285/04. **Parecer n. 334/2004-PGE**. Curitiba, 2004.

DANGELIS, W. Puebla: a opção preferencial pelos pobres e o governo popular do Paraná. **Agência Estadual de Notícias**, Curitiba, 12 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=25525>>. Acesso em: 01/05/2009.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 3.398, de 30 de julho de 2004. Institui no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal o Serviço Voluntário. **Diário Oficial [do] Distrito Federal**, Brasília, DF, 05 ago. 2004. Disponível em: <http://sileg.sga.df.gov.br/default.asp?arquivo=http%3A//sileg.sga.df.gov.br/legislacao/Distrital/leisordi/LeiOrd2004/lei_ord_3398_04.htm>. Acesso em: 12/5/2009.

GOIÁS. Lei n. 14.012, de 02 de dezembro de 2001. Institui Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros Militar e no Gabinete Militar da Governadoria do Estado de Goiás. **Diário Oficial [do] Estado**, Goiânia, GO, 20 dez. 2001. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14012.htm>. Acesso em: 12/5/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estados@PARANA. **Contagem da População – 2009**: versão internet. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pr&tema=contagem>>. Acesso em: 01/05/2009.

MARQUES, L. G. M.; ALCOFORADO, Z. M. G.; TELLES, L. S. A.. **A Aplicação da Lei Federal nº 10.029, de 20 de Outubro de 2000, na Polícia Militar do Ceará e sua Relação Custo Versus Benefício**. 177 f. Monografia (Curso de Superior de Polícia Militar) – Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, Polícia Militar do Estado do Ceará, Fortaleza, 2001.

MARTINS FILHO, I. G. da S. (Coord.). **Manual do trabalho voluntário e religioso: aspectos fiscais, voluntários e trabalhistas**. São Paulo: Ltr, 2002.

MATO GROSSO. Lei n. 7.729, de 23 de outubro de 2002. Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial [do] Estado**, Cuiabá, MT, 23 out. 2002. Disponível em: <<http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/legislacaosad.nsf/709f9c981a9d9f468425671300482be0/5d2aed69313ae5a304256e9900766f79?OpenDocument>>. Acesso em: 12/5/2009.

MELO NETO, F.; FROES, C. **Responsabilidade social & cidadania empresarial - a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

PARÁ. Lei n. 7.103, de 12 de fevereiro de 2008. Institui no âmbito da Polícia Militar do Estado do Pará o Serviço Auxiliar Voluntário. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, PA, 14 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis016346.pdf>>. Acesso em: 12/5/2009.

PARAÍBA. Lei n. 8.355, de 19 de outubro de 2007. Institui, no Estado da Paraíba, o Serviço Auxiliar Voluntário, nos termos da Lei Federal nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, João Pessoa, PB, 21 out. 2007. Disponível em: <http://www.alpb1.pb.gov.br:8081/sapl_documentos/norma_juridica/8742_texto_integral>. Acesso em: 12/5/2009.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição**: Estado do Paraná. Curitiba, PR: Assembléia Legislativa, 1989.

_____. Corpo de Bombeiros. BM/3. **Projeto Guarda-Vidas Civil**. Curitiba, 2000.

_____. Lei n. 1.943, de 23 de junho de 1954. Código da Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial [do] Estado**, Curitiba, PR, 05 jul. 1954. Disponível em: <<http://www.pm.pr.gov.br/pmpr/pm1/>>. Acesso em: 20/4/2009.

_____. Lei n. 6.774, de 08 de janeiro de 1976. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Curitiba, PR, 14 jan. 1976. Disponível em: <<http://www.pm.pr.gov.br/pmpr/pm1/>>. Acesso em: 20/4/2009.

_____. Lei n. 15.949, de 24 de setembro de 2008. Dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 21.598 militares estaduais. **Diário Oficial [do] Estado**, Curitiba, PR, 24 set. 2008. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAto.do?action=exibir&codAto=12703&indice=2&anoSpan=2009&anoSelecionado=2008&isPaginado=true>>. Acesso em: 20/4/2009.

PERNAMBUCO. Procuradoria Geral do Estado. **Supremo mantém dispositivos de lei roraimense sobre ingresso na PM e no Corpo de Bombeiros**. Disponível em:

<<http://www.pge.pe.gov.br/opencms/opencms/pge/centro/atualizacoes/legislacao-0191.html>>. Acesso em: 02/05/2009.

PIAUÍ. Lei n.º 5.301, de 25 de junho de 2003. Institui a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Terezina, PI, 07 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.sefaz.pi.gov.br/scan/pages/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo.jsp?idAtoNormativo=734>>. Acesso em: 06/05/2009.

PLATNER, William. **Civis no Desempenho Temporário da Atividade Policial Militar - “Soldado Temporário”**. 44 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública a Distância) – Instituto de Geriatria e Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Curitiba, 2007.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/unv/oque.php>>. Acesso em: 20/04/2009.

RIBEIRO, A. P. Brasil tem segunda pior distribuição de renda do mundo. **Folha Online**, Brasília, 01 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69318.shtml>>. Acesso em: 01/05/2009.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n. 11.991, de 27 de outubro de 2003. Cria o Programa de Militares Estaduais Temporários da Brigada Militar, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Porto Alegre, RS, 28 out. 2003. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/LegisComp/Arquivos/Lei%20n%C2%BA%2011.991.pdf>>. Acesso em: 06/05/2009.

RORAIMA. Lei n. 430, de 16 de abril de 2004. Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Boa Vista, RR, 16 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.al.rr.gov.br/Publico/Setores/000/2/download/Leis%202004/Lei%20n%C2%BA%20430%20de%2016.04.04%20-%20Servi%C3%A7o%20Volunt%C3%A1rio%20PM%20e%20Bombeiros.doc>>. Acesso em: 06/05/2009.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. **Abertura do Processo Seletivo para preenchimento de postos no Serviço Auxiliar Voluntário (SAV) da Polícia Militar do Estado de São Paulo – SAV XII**. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/abrirframes.asp?PAGINA=./paginas_pm/temporario_conc2/edt.asp?cod=108&tip=edt>. Acesso em: 02/05/2009.

_____. Lei n. 11.064, de 8 de março de 2002. Institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado. **Diário Oficial [do] Estado**, São Paulo, SP, 09 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei%20n.11.064,%20de%2008.03.2002.htm>>. Acesso em: 06/05/2009.

SILVA, J. L. S. **Polícia e Sociedade**: Participação Social na Implementação do Policiamento Comunitário nas Áreas de Responsabilidade Territorial das Unidades Operacionais da Polícia Militar da Bahia. 257 f. Monografia (Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SZAZI, E. **Terceiro Setor**: regulação no Brasil. 3. ed. São Paulo: Pierópolis, 2003.

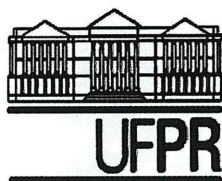
TOMAS, J. C.; VIEIRA, A. C. **Bombeiro Voluntário**. 124 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia Policial Militar do Guatupê, Polícia Militar do Paraná, São José dos Pinhais, 1993.

TVJUSTIÇA. **PSDB questiona lei paraense que cria guardas voluntários na Polícia Militar**. Disponível em:
<http://www.tvjustica.gov.br/maisnoticias.php?id_noticias=6444>. Acesso em: 02/05/2009.

VOLUNTÁRIO. In: CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PROJETOS. **Glossário de Termos Técnicos para o Terceiro Setor**. Disponível em:
<<http://www.cnep.org.br/glossario.htm>>. Acesso em: 02/05/2009.

APÊNDICE

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS COM
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE
DA SEGURANÇA PÚBLICA**



QUESTIONÁRIO

Senhor Comandante,

Como aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Polícia Militar do Guatupê estou realizando um trabalho técnico-científico, cujo tema é “A Lei Federal nº 10.029/00 e sua aplicabilidade no Corpo de Bombeiros”.

A escolha do tema deve-se à observação diária das dificuldades vividas pelo Corpo de Bombeiros, no tocante à falta de efetivo, o que vem repercutindo na qualidade dos serviços prestados.

Como o problema é recorrente em praticamente todas as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do país, o Congresso Nacional editou Lei que permite a utilização de voluntários nas atividades-meio, sob determinadas condições, entretanto, o aludido diploma legal não possui aplicação no Estado do Paraná.

Considerando a vossa função de Comandante de Unidade Operacional, sua participação é muito importante, para definir as possibilidades de emprego dos voluntários nas atividades-meio do Corpo de Bombeiros e a consequente repercussão interna.

Encaminho, em anexo, cópia da Lei Federal nº 10.029/00, para referência.

Obrigado.

Cap. QOBM Adriano Barbosa,

Aluno do CAO 08/09.

05. O Sr. acredita que a aplicação de voluntários militares poderá liberar efetivo das atividades-meio da Corporação para a atividade-fim?

- a. ☐ sim
- b. ☐ não

06. Considerando o tempo total de serviço do voluntário em 02 (dois) anos, como o Sr. avalia a adoção de um período de formação de 03 (três) meses para adaptar o voluntário à atividade interna, restando 21 (vinte e um) meses para seu aproveitamento?

- a. ☐ insuficiente
- b. ☐ suficiente
- c. ☐ excessivo

07. Em caso de discordância na pergunta anterior, qual o período que o Sr. considera adequado?

08. Dentre os requisitos para ingresso no serviço voluntário, o Sr. acredita que a exigência da comprovação da condição de reservista de primeira classe (pessoa

que efetivamente prestou serviço militar, não sendo dispensado dele) para o Candidato é:

- a. () excludente, pois não dará oportunidade aos jovens que foram dispensados do serviço militar obrigatório.
- b. () suficiente, pois o ingresso de candidatos com conhecimento militar prévio, reduzirá o processo de formação, aumentando seu efetivo tempo de emprego.

09. Considerando o emprego do voluntário no Corpo de Bombeiros, como forma de oportunizar ao jovem um primeiro emprego, é viável proporcionar a ele minicursos (carga horária de 40 horas) com vistas a prepará-lo para o mercado de trabalho, durante o serviço voluntário por ele prestado?

- a. () sim
- b. () não

10. Em caso positivo na questão anterior, quais minicursos poderiam ser oferecidos ao voluntário. Liste 03 (três).

Caso deseje um retorno do resultado da pesquisa, por gentileza indique um endereço eletrônico (e-mail) para envio do material tabulado.



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I – em virtude de solicitação do interessado;
- II – quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III – em razão da natureza do serviço prestado.

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I – homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II – mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

- I – número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;
- II – os requisitos necessários para o desempenho das atividades ínsitas aos serviços a serem prestados; e
- III – o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a

prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.10.2000